



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa para DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE READEQUAÇÃO DA RODOVIA DF-011 DENOMINADA ESTRADA PARQUE INDÚSTRIAS GRÁFICAS - EPIG, NO ÂMBITO DO CORREDOR DE TRANSPORTE PÚBLICO – EIXO OESTE – DF

1. INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece diretrizes gerais da política urbana, dentre as quais a garantia ao transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

Em consonância às diretrizes do Estatuto da Cidade, a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, atualizada pelos dispositivos da Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, define diretrizes setoriais para o transporte do Distrito Federal e institui a Rede Estrutural de Transporte Coletivo, que tem como função propiciar os deslocamentos da população entre as principais localidades do território, com prioridade sobre os demais modais motorizados de transporte.

Alinhada às diretrizes do Estatuto da Cidade e do PDOT, a Lei nº 4.566, de 04 de maio de 2011, que dispõe sobre o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal - PDTU, institui a rede viária básica estrutural do transporte coletivo com faixas prioritárias ou exclusivas de ônibus, melhorias viárias e implantação de eixos estruturais de transporte coletivo, conforme pode ser observado no art. 17:

“Art. 17. A instituição da rede viária básica estrutural do transporte coletivo compreende:

I – consolidação da rede viária de transporte existente, observando-se as seguintes metas de curto e médio prazo:

a) faixas prioritárias ou exclusivas de ônibus, de acordo com a demanda;
b) melhoria viária, por meio de duplicação, construção, adequação geométrica de vias e melhoria dos acessos aos terminais e pontos de transferência;

II – implantação de eixos estruturais de transporte coletivo, a médio e longo prazo, interligando -se as Regiões Administrativas e municípios do Entorno com a área central de Brasília e demais polos centralizadores e priorizando-se a circulação do transporte coletivo, mediante a utilização de faixas exclusivas e prioritárias e a expansão do modo ferroviário, além de ciclovias e infraestrutura de apoio à população usuária.”

O PDTU/DF define ainda a infraestrutura necessária à implantação dos eixos de transporte, como disposto no art. 25 da lei:

“Art. 25. A infraestrutura necessária à implantação dos eixos de transporte compreende:

I – Eixo Oeste:

- a) EPIG – Estrada Parque Indústrias Gráficas;
- b) ESPM – Estrada Setor Policial Militar;
- c) Avenida Hélio Prates;
- d) Avenida Comercial;
- e) Avenida Central;
- f) Avenida SAMDU;
- g) EPCT – Estrada Parque Contorno (Pistão Norte e Sul);
- h) EPCL – Estrada Parque Ceilândia;
- i) Via Interbairros;
- j) Via do Parque Nacional;
- k) Via do Centro Administrativo;
- l) estações de transferência;

II – Eixo Sul:

- a) DF-480 e DF-065 – EPIP – Estrada Parque Ipê;
 - b) BR-040;
 - c) EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento;
 - d) EPDB – Estrada Parque Dom Bosco;
 - e) EPAR – Estrada Parque Aeroporto;
 - f) Av. Santa Maria e Av. Alagados em Santa Maria e vias internas do Gama;
 - g) estações;
- III – Eixo Sudoeste:
- a) EPNB – Estrada Parque Núcleo Bandeirante;
 - b) EPCT – Estrada Parque Contorno;
 - c) Av. Recanto das Emas;
 - d) Via de ligação entre Recanto das Emas e Samambaia;
 - e) Ligação entre Riacho Fundo I e Núcleo Bandeirante;

IV – Eixo Norte:

- a) BR-020 – EPIA;
- b) Av. Independência;
- c) Vias urbanas de Sobradinho I, Sobradinho II e Planaltina;
- d) 4ª Ponte do Lago Paranoá – Ligação da L4 Norte a Sobradinho;
- e) estações de transferência;

V – Área Central:

- a) implantação do modo ferroviário – Linha Aeroporto JK – TAS – TAN;
- b) implantação do modo rodoviário – Corredor W3;
- c) Eixo Monumental;
- d) operação de linhas alimentadoras e distribuidoras nas avenidas W4 e W5;
- e) ligação da Via L2 Norte com a L4 Norte;
- f) expansão da rede ferroviária.”

O Eixo Oeste é considerado o principal eixo de transporte público coletivo do Distrito Federal, por atender diretamente à população do Plano Piloto e Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará, e, indiretamente, Brazlândia e o município de Águas Lindas/GO.

A concepção da proposta se baseia na implantação de um sistema integrado de transporte público com eixos estruturantes servidos por linhas troncais, circulares, de ligação e alimentadoras/distribuidoras visando à redução dos tempos de espera e de viagens, com o mínimo de superposição de itinerários.

Em atendimento à legislação disposta, a então Secretaria de Obras do Distrito Federal, por meio do Contrato nº 249/2008 – SO, contratou os projetos executivos para readequação da Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG pertencente ao Eixo Oeste de Transporte Público.

A proposta de intervenção na EPIG consiste na readequação de aproximadamente 5,9Km da via com 3 faixas de rolamento para veículos em cada sentido, canteiro central com faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit) nos dois sentidos, passagens subterrâneas para pedestres, viadutos, implantação de estações BRT, drenagem e paisagismo.

A figura 01 demonstra a extensão da EPIG a ser readequada, que compreende o trecho entre o encontro com a Estrada Parque Taguatinga - EPTG e o Eixo Monumental.

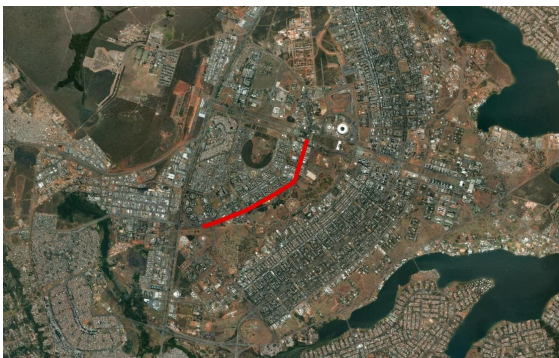


Figura 01 – identificação do trecho da EPIG a ser readequado

Apesar da contratação dos projetos terem sido no ano de 2008, os projetos foram finalizados em julho de 2014.

Foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 128, de 10 de julho de 2019, a Portaria nº 108, de 09 de julho de 2019, na qual a Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – DODF define que, conforme art. 1º, inciso I, a fim de atestar a atualidade e exequibilidade das obras, todos os projetos, decorridos mais de 2 anos da data de sua aprovação ou da última revisão deverão ser revisados.

Considerando o tempo decorrido desde a entrega dos projetos executivos da EPIG no ano de 2014, faz-se necessária a atualização às normas vigentes, o que pode acarretar alterações parciais ou totais dos projetos.

Como exemplo de legislações e/ou normas alteradas nos últimos 6 anos podem ser citadas as seguintes, além das apresentadas no Anteprojeto, ANEXO II do Termo de Referência:

- LEI COMPLEMENTAR Nº 948, DE 16 DE JANEIRO DE 2019 – Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 965, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - Define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas - SIG, da Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências.
- LEI Nº 5.623, DE 09 DE MARÇO DE 2016 – Altera a Lei nº 3.639, de 28 de julho de 2005, que dispõe sobre a implantação de ciclovias nas rodovias do Distrito Federal.
- LEI Nº 6.138, de 26 de abril de 2018, Institui o Código de Edificações do Distrito Federal;
- DECRETO Nº 39.272, de 02 de agosto de 2018, Regulamenta a Lei 6.138/2018;
- DECRETO Nº 38.047, DE 09 DE MARÇO DE 2017 – Regulamenta o art. 20 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, no que se refere às normas viárias e aos conceitos e parâmetros para o dimensionamento de sistema viário urbano do Distrito Federal, para o planejamento, elaboração e modificação de projetos urbanísticos
- MANUAL DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS DO DISTRITO FEDERAL DE 2018 – Revisa e amplia o Manual de Drenagem Urbana do Plano Diretor De Drenagem Urbana de Brasília (PDDU), elaborado em 2009.
- TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL EM PEAD – Desenvolvido pela NOVACAP em maio de 2017.

Tendo em vista as normas e legislações atualizadas e a necessidade fática de alterações dos projetos, vislumbra-se a abertura de possibilidades de usos de metodologias e inovações tecnológicas capazes de simplificar e dar celeridade à obra de readequação da EPIG, além de transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos.

A Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, aplicável, dentre outros, a obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística, conforme disposto no art. 1º, inciso VIII, e contempla objetivos que coadunam com as intenções da contratação da obra de readequação da EPIG tais como: ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes; promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; incentivar a inovação tecnológica e assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Para execução indireta de obras e serviços de engenharia a lei permite o regime de contratação integrada que, conforme art. 9º, § 1º, compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

O regime de contratação integrada possui vantagens coincidentes às necessidades identificadas na contratação da obra para readequação da EPIG tais como: redução de custos com operações não previstas; melhor resolução de problemas complexos considerando a integração de projeto e obra; uso do conhecimento especializado do contratado desde o desenvolvimento do projeto à execução da obra; maior consciência, por parte da contratada, dos riscos envolvidos; maior comprometimento e responsabilidade do contratado.

As justificativas pela opção do Regime Diferenciado de Contratações Públicas RDC, no regime de contratação integrada, estão detalhadas no item 4 deste Termo de Referência.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Para efeito das especificações contidas neste Termo de Referência, considera-se:

- Anteprojeto – Conjunto de documentos técnicos que possibilitam a caracterização geral da obra e apresentam informações técnicas que conduzem e orientam o desenvolvimento da melhor proposta para sua implantação;
- Projeto Básico – Conjunto de desenhos, memoriais, especificações técnicas, desenvolvidos com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares e atendendo às normas técnicas e à legislação vigente, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra e possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- Projeto Executivo – Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes e vigentes.

2.1. Anteprojeto

A Lei nº 12.462/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, define que o instrumento convocatório das licitações para contratação de obras e serviços de engenharia sob o regime de contratação integrada deverá conter Anteprojeto de engenharia com informações e requisitos técnicos destinados a possibilitar a caracterização do objeto contratual.

O art. 74, § 1º, do Decreto 7.581/2011, dispõe que deverão constar do Anteprojeto, quando couber, dentre outros, projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada.

Nesse contexto, o projeto executivo de readequação da EPIG, desenvolvido em 2014, será parte integrante do Anteprojeto.

Considerando que a via está inserida no Plano Piloto de Brasília, área tombada e patrimônio mundial, e considerando que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN emitiu o Parecer Técnico nº 148/2019 aprovando a intervenção urbanística proposta, a concepção urbanística original poderá ser alterada, desde que sejam comprovados os efeitos benéficos ao funcionamento da cidade e à administração pública, observados os riscos indicados na Matriz de Risco ANEXO III do Termo de Referência.

O Anteprojeto está apresentado de forma detalhada no ANEXO II do Termo de Referência.

3. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a seleção de empresa(s) ou consórcio com vistas à Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, conforme condições especificadas no Anteprojeto (ANEXO II) e demais documentos anexos ao Termo de

Referência.

3.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Os serviços a serem contratados estão divididos em etapas, conforme Tabela 01.

Tabela 01 - Descrição dos Serviços

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DESCRIÇÃO
1	Estudos Preliminares	Estudo de Tráfego
		Levantamento de Interferências
		Levantamento Topográfico e Cadastral
		Estudos Geológicos/Geotécnicos
		Canteiro de Obras
2	Projetos Executivos	Estudo Preliminar – Concepções do Projeto
		Projeto de Interferências
		Projeto Geométrico
		Projeto de Terraplenagem
		Projeto de Drenagem Pluvial
		Projeto de Pavimentação
		Projeto de Sinalização
		Projeto de Obra de Arte Especial – viadutos 5, 6, 7, 10, 11, 12
		Atualização de Projeto de Obra de Arte Especial – viadutos 1 e 3
		Passarela de Pedestres
		Projeto Paisagismo
		Projeto de Ciclovias
		SIV – Sistema Viário
		Projeto das estações BRT
		Memória de Cálculo de Quantitativos/Orçamento
3	EXECUÇÃO DAS OBRAS	TRECHO 1
		TRECHO 2
		TRECHO 4
		TRECHO 5
		TRECHO 6
4	MANUAL DE MANUTENÇÃO, USO E OPERAÇÃO DA RODOVIA	ELABORAÇÃO DO MANUAL DE MANUTENÇÃO, USO E OPERAÇÃO DA RODOVIA
5	AS BUILT	Projeto "Como Construído"

Todos os projetos deverão ser apresentados com Desenhos, Cadernos de Especificações Técnicas, Relatórios e Memoriais de cálculos, orçamento e documentos pertinentes ao contrato e deverão ser entregues em meio impresso e digital.

As etapas estão detalhadas no Anteprojeto, ANEXO II do Termo de Referência.

4. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO RDC

A opção de utilizar o RDC para contratação de empresa ou consórcio de empresa para readequação da Rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústria Gráficas - EPIG, compreendendo desenvolvimento de estudos, projetos e execução de obras, é dada pela Lei 12.462/2011 constando, de forma expressa, no instrumento convocatório.

A escolha pelo uso do RDC tem por objetivo:

- Ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes;
- Promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público;
- Incentivar a inovação tecnológica;
- Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública;
- Buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para aplicação de recursos públicos;
- Compartilhar com a contratada os riscos inerentes a empreendimentos deste porte;
- Garantir a eficácia da obra contratada;
- Assegurar economicidade.

Conforme disposto no §1º, art. 1º, da Lei 12.462/2011, um dos objetivos do RDC é ampliar a eficiência nas contratações públicas, o que pode ser observado pelas inovações proporcionadas pela lei que inexistiam em legislações anteriores. Essa possibilidade de inovações aliada a oportunidade de melhor aplicação dos recursos públicos foram fatores determinantes pela escolha do uso do RDC para a contratação do empreendimento pela SODF.

4.1. Justificativa Técnica e Econômica para a Contratação Integrada

O art. 9º, da Lei 12.462/2011, autoriza, nas licitações de obras e serviços de engenharia, a utilização da contratação integrada, no âmbito do RDC, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:

- Inovação tecnológica ou técnica;
- Possibilidade de execução com diferentes metodologias;
- Possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

O §1º do referido artigo dispõe que a contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega do objeto. O §1º, do art. 8º, estabelece que o regime integrado seja um dos preferenciais para serviços e obras de engenharia.

No regime de contratação integrada, a permissão de contratar de forma conjunta várias prestações contratuais que eram fracionadas e contratar o objeto em um único certame, com um único executor, gera vantagens tais como:

- Maior liberdade para a contratada inovar e buscar a metodologia mais adequada à execução do objeto;
- Possibilidade de alternativas com menores custos do que aquelas em que o projeto básico é previamente definido pela administração pública;
- Propostas mais vantajosas para a administração pública gerando economicidade.
- O envolvimento da contratada na execução do projeto permite ganho de eficiência na execução do contrato, dada sua potencial expertise na metodologia adotada;
- Abrangência das responsabilidades transferidas à contratada e consequentemente o deslocamento de uma parcela maior de riscos relativos à execução do contrato ao particular, o que anteriormente recaía sobre a Administração pública.
- A contratada ao assumir a responsabilidade pelos projetos básico e executivo, também assume os riscos associados à execução da obra ou serviço, não podendo alegar falhas nos projetos ou qualquer problema de execução para modificar o contrato, evitando aditivos e atrasos de entrega.

4.2. Justificativa Técnica

Contratar o objeto em um único certame, desde a elaboração do projeto à execução da obra, proporcionará benefícios como celeridade e eficiência na implantação de infraestrutura complexa como é o caso da readequação da EPIG, tendo em vista ser uma importante via de ligação entre cidades satélites e a área central de Brasília, com fluxo de tráfego intenso, inclusive de transporte público, e estar inserida em meio urbano consolidado.

O Sistema Bus Rapid Transit - BRT, podendo ser traduzido para Ônibus de Trânsito Rápido, deve possuir sistema de infraestrutura especializado para que cumpra sua finalidade de redução de tempos de viagens e de causas típicas de atrasos. Para isso, o sistema de transporte público deve operar em via exclusiva, no modelo de corredor de ônibus, e não ser submetido à congestionamentos. Além disso deve ter prioridades nos cruzamentos para evitar atrasos em interseções viárias.

Paralelamente à implantação do Sistema BRT, a EPIG, além das características de via de ligação ao centro urbano, possui a particularidade de ser via interceptora entre área residencial e parque urbano, o que faz necessárias definições de travessias que não coloquem em risco pedestres e ciclistas, mas que não seja obstáculo para o bom funcionamento do corredor exclusivo de transporte público. A concepção apresentada e aprovada no IPHAN contempla passagens subterrâneas, para as quais o órgão avaliou como fator negativo o favorecimento do veículo motorizado em detrimento dos pedestres e ciclistas que deverão realizar um trajeto maior para a transposição da rodovia.

A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, define no Art. 6º a "prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre

os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado”.

Considerando a prioridade definida na Lei 12.587/2012, a proposta das passagens de pedestres deve ser analisada e estuda de forma a sanar o fator negativo levantado pelo IPHAN. Um exemplo de solução a ser adotada é criar atrativos nas passagens subterrâneas que conduzam o pedestre à transposição da via de forma segura e agradável sem a percepção de que esteja realizando longo caminho.

Quanto às interseções viárias na EPIG com vias do Setor Sudoeste, do Parque da Cidade e da Estrada do Setor Policial Militar - ESPM, foram propostas soluções em sistemas de viadutos e que merecem estudos mais aprofundados que comprovem sua eficácia quanto ao dimensionamento e posicionamento, tendo em vista o tempo decorrido e as alterações de uso e ocupação do solo, especialmente no Setor de Indústria Gráficas – SIG, onde, a partir da Lei Complementar nº 965/2020, foram implementadas mudanças como permissão de aumento de gabarito e de coeficiente de aproveitamento.

Essa alteração de uso e ocupação do solo é impactante no sentido do aumento do adensamento da área em questão tomando-se um polo gerador de bens e serviços e consequentemente aumentando o fluxo de pessoas e a necessidade de melhor atendimento dos modais de transporte para a área.

Sendo assim, os viadutos são partes do empreendimento que geram como obrigações da contratada os resultados a serem alcançados e que ainda permitem liberdade em inovações metodológicas e/ou tecnológicas em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos no projeto de 2014.

Um outro fator a ser considerado como vantajosidade da contratação integrada consiste na obrigatoriedade, por parte da Contratada, de entrega do Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio onde deverá constar a manutenção preventiva e corretiva para o conjunto da obra que auxiliará a Administração Pública garantir a vida útil do empreendimento. As metodologias utilizadas tanto na concepção do projeto como na etapa construtiva devem observar o Decreto nº 39.537, de 18 de dezembro de 2018 que institui o Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal.

A contratação integrada permitirá à CONTRATADA a realização de levantamentos e estudos complementares necessários, como estudos de tráfego e simulações nas áreas de travessias de pedestres e interseções viárias, com a possibilidade de associar a concepção adotada à metodologia de execução e programação das etapas de implantação, de forma que a via continue em operação, ainda que com desvios de tráfego pontuais e estratégicos.

4.3. Justificativa Econômica

A possibilidade de licitação de um único objeto envolvendo todas as etapas necessárias para conclusão do empreendimento, incluindo o desenvolvimento de projetos básico e executivo, enseja celeridade procedimental e economia de recursos humanos e materiais para a SODF, em comparação à opção de licitar separadamente cada etapa.

A concentração de todas as etapas em uma única empresa ou consórcio de empresa, com a responsabilidade de desenvolvimento dos projetos básico e executivos e execução das obras, permite o compartilhamento com o contratado dos riscos inerentes a empreendimentos deste porte, o que evita a celebração de termos aditivos ao contrato, que é vedada em caso de adoção de contratação integrada, com exceção dos casos previstos nos incisos I e II, § 4º, art. 9º, da Lei 12.462/2011, especialmente no que diz respeito à alegação de falhas ou em soluções construtivas nas fases de estudos e projetos.

No texto da Lei 8666/93 não consta a possibilidade de alocação de obrigações decorrentes da falta de previsão legal da Matriz de Risco. Com isso a Lei 8666/93 permite que o contratado impute à Administração custos e aditivos que podem chegar ao percentual de 25% (art. 65 parágrafo 1º). Comparativamente, a Lei 12.462/11 veda termos aditivos, com exceção dos parágrafos 4º e 5º, artigo 9º, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior e por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado. A economicidade da contratação via RDC pela limitação de aditivo já se mostra vantajosa financeiramente no texto da lei de acordo com o art 42, parágrafo 4º, inciso III, que limita a 10% (dez por cento) as alterações contratuais.

A contratação integrada para readequação da EPIG permitirá a busca pela inovação tecnológica e metodologia mais adequada para a concepção e implantação do empreendimento, com possibilidade de alternativas com menores custos do que aquelas em que o projeto básico é previamente definido pela administração pública, gerando economicidade com a escolha da proposta mais vantajosa.

A expectativa é de que a administração pública possa garantir a implantação da infraestrutura necessária na via obtendo, com a contratação integrada, celeridade, economia e eficácia no processo de contratação e na execução dos serviços contratados.

Com a obrigatoriedade da entrega do plano de manutenção será possível a Administração Pública promover as manutenções necessárias e planejar a destinação dos recursos para a manutenção garantindo a segurança e vida útil do empreendimento.

4.4. Possibilidade de utilização de Metodologias Diferenciadas

A possibilidade de uso de metodologias diferenciadas tanto para os estudos que possibilitarão a análise do projeto desenvolvido em 2014 e propostas de novas definições e soluções como para inovações metodológicas e/ou tecnológicas em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos está em consonância com inciso II, do art. 9º, da Lei 12.462/2011.

O uso de *softwares* e equipamentos integrantes da tecnologia BIM (Building Information Modeling - Modelagem de Informações da Construção) permite a criação digital de um ou mais modelos virtuais com coleta de dados e simulações precisas, o que permite melhor análise e controle em comparação aos processos manuais, que foram utilizados no projeto desenvolvido em 2014. A possibilidade de uso da metodologia BIM permite a melhor escolha de concepção de projeto em termos de eficácia e economicidade.

Além da diversidade de metodologias a serem utilizadas para análise e definição de novas propostas e soluções de projeto, existem diferentes métodos construtivos que podem se mostrar mais vantajosos na implantação da via em relação aos métodos construtivos propostos no projeto desenvolvido no ano de 2014, tendo em vista a evolução tecnológica na área da construção civil nos últimos 6 anos. Essas inovações tecnológicas podem permitir menor consumo de recursos naturais, utilização de materiais sustentáveis, melhor gerenciamento de resíduos e melhores metodologias de manutenção preventiva e corretiva.

A metodologia, aliada ao fato da necessidade de continuidade de operação da via no momento da implantação, será fator decisivo para a celeridade e eficiência necessárias que a execução da obra requer.

A abertura de possibilidades de apresentação de diferentes metodologias para concepção e execução da readequação da EPIG, com a comprovação por parte da licitante da vantajosidade técnica, econômica e ambiental do uso metodológico proposto, proporcionará à Administração Pública a implantação da proposta mais adequada.

4.5. Justificativa para Execução das Obras

A Estrada parque Indústrias Gráficas - EPIG, apesar de estar inserida em área urbana consolidada, consiste na Rodovia DF-011, sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF.

A via liga o Eixo Monumental, zona central de Brasília, na altura da Praça do Buriti, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Câmara Legislativa do Distrito Federal à Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, onde tem início a Estrada Parque Taguatinga - EPTG.

A EPIG tem, atualmente, duas faixas de rodagem em cada sentido, no trecho correspondente ao Setor de Indústrias Gráficas - SIG, e três faixas de rodagem no trecho restante, ao longo do qual separa o Setor Sudoeste e o Parque da Cidade.

Por meio de dados coletados no endereço eletrônico da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB, trafegam aproximadamente 46 linhas diárias de transporte coletivo no sentido EPTG/Eixo Monumental e 29 linhas no sentido Eixo Monumental/EPTG.

A EPIG não contempla atualmente faixas exclusivas para transporte coletivo e a grande maioria de pontos de parada não possuem abrigo e vaga para área de embarque e desembarque, especialmente no trecho do Setor de Indústrias Gráficas - SIG, que tem duas faixas de rolamento em cada sentido.

Com a implantação do corredor exclusivo de transporte coletivo no sistema BRT e soluções para as áreas de interseção da EPIG com vias do Setor Sudoeste, Parque da Cidade, ESPM, dentre outras, busca-se a racionalização do trânsito de veículos privados e a diminuição de tempo de viagem de transporte coletivo, que tende a beneficiar a população do Plano Piloto e Regiões Administrativas do Sol Nascente, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires, Guará, Brasília e áreas do entorno, como os municípios de Águas Lindas/GO e Padre Bernardo/GO.

Conforme dados estatísticos do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF nos anos de 2017 e 2018 aproximadamente 186 pedestres morreram vítimas de acidentes

de trânsito nas vias e rodovias do Distrito Federal.

Considerando que a EPIG está inserida em meio urbano consolidado e divide um bairro habitacional de um parque urbano, busca-se ainda, com a proposta de readequação da via, maior integração das áreas urbanas de forma que o pedestre tenha prioridade sobre os demais modais.

5. **FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO**

5.1. **Contratação**

A contratação será regida pelo **Regime Diferenciado de Contratação Pública - RDC** instituído pela Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, e pela Lei Distrital nº 5.254, de 20 de dezembro de 2013, em face da possibilidade de aplicação às licitações e contratos das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias da mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística, nos termos do inciso VIII do art. 1º da Lei 12.462/2011.

5.2. **Regime de Contratação**

O regime de execução será a **contratação integrada** prevista no art. 8º da Lei 12.462/2011. O art. 9º da referida lei dispõe que nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada.

5.3. **Forma da Licitação**

Será adotada a licitação na forma **eletrônica** de acordo com o art. 13 da Lei 12.462/2011.

5.4. **Modo de Disputa**

O modo de disputa será **aberto** nos termos do art. 18 do Decreto nº 7.581/2011.

Será iniciado de forma aberta, onde as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para sua divulgação.

Serão classificados para a etapa subsequente os licitantes que apresentarem as três melhores propostas, iniciando-se então a disputa aberta com a apresentação de lances sucessivos e crescentes.

As empresas ou consorciadas que tiverem domicílio fiscal no Distrito Federal terão preferência na classificação em caso de empate.

6. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Será adotado o critério de julgamento de **maior desconto**, que terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório com base no art. 18 da Lei 12.462/2011, alterada pela Lei 12980/2014.

Conforme disposto no Parágrafo único, art. 26, do Decreto 7.581/2011, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado.

Quanto aos preços unitários da proposta:

Para efeito de elaboração de orçamento pela Proponente, os serviços a executar e respectivos quantitativos, deverão ser aqueles considerados nas Planilhas Estimativas da SODF/SUPOP, observadas as condições de parcelamento do objeto contidas no item 21 deste TR, quando houver.

- Eventuais divergências detectadas pela Proponente nas Planilhas Estimativas da SODF/SUPOP deverão ser comunicadas a DILIC/DECOMP/DA/PRES/NOVACAP, observado os prazos legais na fase licitatória.

- Durante a execução do objeto, os quantitativos apresentados nas Planilhas Estimativas da SODF/DF não deverão ser tomados como definitivos, haja vista que apenas subsidiam a compreensão da obra, conforme estabelecido no item "CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS".

- Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços unitários e/ou totais simbólicos irrisórios e/ou abusivos (art.44, § 3º da Lei nº 8.666/93) ou que ultrapassem o valor unitário da planilha estimativa da SODF/SUPOP

- As composições de preços unitários deverão expressar detalhadamente todos os insumos para sua formação – materiais, equipamentos, mão de obra, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, preços unitários e totais.

- As empresas licitantes deverão apresentar as planilhas orçamentárias, as composições de custos unitários e o cronograma físico-financeiro em meio digital no formato excel, ou similar, sob pena de desclassificação.

Quanto a conferência preliminar de documentos:

Antes da data de apresentação da proposta para a execução da obra a Proponente deverá:

- Após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à DILIC/DECOMP/DA/PRES/NOVACAP, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento da obra.

- Fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização de informações, comparando os desenhos dos projetos, as especificações, as planilhas estimativas, quando fornecidas, e os demais componentes integrantes da documentação técnica para a execução da obra, que compõem o Projeto Básico de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.666/93.

7. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.1. **Do responsável Técnico**

Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado (s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas – ART's e – emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:

SERVIÇOS	Unidade
1.Execução de Obra de Arte Especial	m²
2. Execução de armação em aço CA-50	Kg
3. Execução de Concreto asfáltico	t
4. Execução de Pavimento de Concreto	m³
5. Execução de Tunnel Liner	m
6. Execução de rede de drenagem pluvial	m

7.2. **Da Empresa**

Capacidade Técnica Operacional da Empresa - Comprovação que a empresa licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão (ões) ou atestado (s). Os atestados para capacidade operativa da empresa deverá ser acompanhados das respectivas CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico - em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para atender o acervo exigido.

Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução de:

SERVIÇOS	Unidade	Quantidade exigida
1. Execução de Obra de Arte Especial	m²	1.302,00
2. Execução de armação em aço CA-50	Kg	254.876,00
3. Execução de Concreto asfáltico	t	34.337,00
4. Execução de Pavimento de Concreto	m³	6.295,00
5. Execução de Tunnel Liner	m	106,0
6. Execução de rede de drenagem pluvial	m	2.131,0

Nos atestados apresentados pela empresa os serviços deverão guardar mesma complexidade técnica que os requeridos no quadro acima.

Os valores exigidos para a qualificação técnica referem-se a 50% dos serviços de maior relevância e valor significativo do objeto em contratação e/ou decorrentes de serviço específico indispensável a consecução do objeto a ser contratado, em observância à Constituição Federal, Art. 37, inciso XXI, Lei nº 8.666/1993, Art. 3º, § 1º, inciso I e Art. 30, inciso II, Súmula nº 263/2011 - TCU, Acórdão TCU nº 1636/2007 - Plenário e Processo nº 2.754/2019-e - TCU.

8. **ESTIMATIVA DE PREÇO**

O valor total estimado do objeto é R\$ 132.603.800,37 (cento e trinta e dois milhões, seiscentos e três mil e oitocentos reais e trinta e sete centavos), de acordo com o Orçamento SEM DESONERAÇÃO, nos termos do art. 6º, §1º da Lei nº 12.462/11.

O orçamento global na Planilha é estimativo e deverá ser analisado pela Licitante, que se responsabilizará pelo percentual de desconto ofertado e consequentemente pelo preço global resultante e pela execução total dos serviços objeto da contratação que constam da Planilha Orçamentária, Anteprojeto e demais documentos anexos ao Termo de Referência.

A licitante deverá apresentar Planilha Orçamentária detalhada conforme Termo de Referência, Planilha Orçamentária (49522761) contendo as etapas, fases e discriminações, unidades de medição, quantidades e percentuais atendendo aos requisitos do Art. 40, § 3º da Lei 12.462/2011.

As informações prestadas pela Licitante, no que concerne à proposta de preço, serão de sua inteira responsabilidade.

No cálculo do valor da proposta a LICITANTE não poderá:

1. Cotar preço global superior ao orçamento previamente estimado pela SODF;
2. Cotar preço inexequível, sob pena de desclassificação.

O orçamento estimado visa subsidiar os parâmetros máximos do valor global da proposta a ser apresentada pelas licitantes e foi calculado com base nos custos unitários e quantitativos decorrentes do projeto executivo desenvolvido em 2014 e que compõe o Anteprojeto, bem como valores de mercado e custos utilizados pela SODF, em orçamentos que atendem a Portaria 108/2019, para estimativa de valores decorrentes de estudos técnicos e implantação de infraestrutura urbanística, além dos valores adotados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e o Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO.

No cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados quantitativos e custos unitários diferentes daqueles previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja igual ou inferior ao valor calculado a partir do sistema de referência utilizado pela SODF.

Os quantitativos deverão ser apresentados pela Licitante a fim de garantir a exequibilidade da obra.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Tabela 02 apresenta o cronograma de execução do empreendimento e estabelece o prazo máximo de execução para cada etapa.

A Contratada deverá apresentar cronograma físico/financeiro para a execução de cada etapa obedecendo o prazo máximo estipulado na Tabela 02.

Tabela 02

CRONOGRAMA FÍSICO																																				
SERVIÇO	1o. Ano												2o. Ano												3o. Ano											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9			
Administração Local																																				
Mobilização e Desmobilização																																				
Canteiro de Obra																																				
Iluminação Pública																																				
Desvio Provisório																																				
Serviços Geotécnicos																																				
Projetos																																				
Trecho 01																																				
Trecho 02																																				
Trecho 04																																				
Trecho 05																																				
Trecho 06																																				

O cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada deverá ser aprovado pela Fiscalização/SODF e considerar as condições de pagamento para o empreendimento.

10. CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O critério de medição por etapa serão os percentuais indicados na Tabela 03, incidentes sobre o valor global ofertado.

Tabela 03

CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO																																		
SERVIÇO	1o. Ano												2o. Ano												3o. Ano									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Administração Local	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.03%	3.04%	3.04%	
Mobilização e Desmobilização	50.00%																																	50.00%
Canteiro de Obra	100.00%																																	
Iluminação Pública												8.33%	8.33%	8.33%	8.33%						8.33%	8.33%	8.33%	8.33%						8.33%	8.33%	8.35%	8.35%	
Desvio Provisório				25.00%					25.00%					25.00%	25.00%							25.00%												
Serviços Geotécnicos				12.50%	12.50%							12.50%	12.50%									12.50%	12.50%						12.50%	12.50%				
Projetos																																		
Trecho 01																																		
Trecho 02																																		
Trecho 04																																		
Trecho 05																																		
Trecho 06																																		

As propostas a serem apresentadas devem considerar, obrigatoriamente, o prazo de execução do objeto apresentado no item 17 deste Termo de Referência e as determinações estipuladas no Anteprojeto.

A SODF realizará os pagamentos no limite financeiro de cada etapa dos serviços obedecendo os percentuais indicados na Tabela 03.

O valor percentual de cada etapa será subdividido em partes iguais ou em percentuais exequíveis em período mensal de acordo com cronograma físico/financeiro apresentado pela contratada e aprovado pela Fiscalização/SODF.

Os serviços referentes às Etapa 1 e 2 (Estudos preliminares e Projetos Executivos) referentes à Tabela 01 estão diluídos dentro dos serviços referentes à Projetos da Tabela 03 e serão remunerados mediante aprovação dos órgãos pertinentes quando for requisito dos projetos elaborados pela Contratada e estando em conformidade com o Anteprojeto e após aceite e aprovação por parte da Fiscalização/SODF, atendendo o § 4º, art. 70, do Decreto nº 7.581/2011.

O cronograma físico-financeiro da Etapa 3 (Execução das Obras) referente aos trechos, conforme Tabela 01, será mensal e elaborado com fundamento em percentual de serviços executados, sendo vedada medições por preço unitário.

Os serviços referentes às Etapa 4 e 5 (Manual de Manutenção, Uso e Operação da Rodovia e As Built), conforme Tabela 01, estão diluídos dentro dos serviços referentes à Projetos da Tabela 03 e deverão ser apresentados para cada etapa da obra assim como serão remunerados após aceite por parte da Fiscalização/SODF. A versão final da Etapa 5 (As Built) deverá ser entregue concomitantemente com a finalização do Trecho 06 e apresentada de forma consolidada e completa em meio digital.

O valor econômico referente à medição será calculado com base nos valores unitários apresentados no momento da proposta.

O Contratado deverá apresentar as notas fiscais, o atestado de conformidade e a medição dos serviços executados para o atesto da Fiscalização/SODF;

Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite das notas fiscais recebidas pela SODF;

A Fiscalização poderá solicitar correções, esclarecimentos e outras informações que julgarem necessárias, condicionando o pagamento ao pleno atendimento dos serviços contratados;

A FISCALIZAÇÃO verificando o reaproveitamento de serviços já executados ou em garantia deverá proceder a glosa dos valores correspondentes;

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada. O Pagamento ficará condicionado à apresentação da ART dos serviços da Contratada, registrada junto ao CREA-DF/CAU-DF.

Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

b) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedor (Sicaf):

Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

Certidão que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) Entrega, quando solicitado pela SODF, de quaisquer dos seguintes documentos:

Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

O Cronograma físico-financeiro apresentado pela empresa deverá estar compatível com os pagamentos mensais. A empresa deverá observar os limites máximos pertinentes às Etapas.

A CONTRATADA além das disposições apresentadas neste Termo de Referência deverá atender as demandas dos agentes financiadores conforme orientação da SUGRE/SODF.

Fica vedada a emissão de faturas a título de antecipação ou que não correspondam a etapas do cronograma físico financeiro ou que não atendam aos critérios de medição deste Termo de Referência.

11. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Será admitida a participação de consórcios nos termos do inciso I, Parágrafo Único, art. 14, da Lei 12.462/2011 e do art. 51 do Decreto 7.581/2011.

12. ORIGEM DE RECURSOS

Conforme Coordenação de Programação Orçamentária, Memorando Nº 89/2021 - SODF/SUAO/CPORÇ (58323117), de 19 de março de 2021, a despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho 15.782.6216.3119.0004 - (*) IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE) - REGIÃO OESTE designado no Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD desta Secretaria, pela **Lei Orçamentária Anual vigente - LOA 2021, Lei nº 6.778 de 06/01/2021** (DODF Edição Extra 1-A de 06/01/2021), 58315174, cujas diretrizes são objeto da **Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2021, de nº 6.664 de 03/09/2020** (DODF nº 169 de 04/09/2020), 49702620, em consonância às disposições previstas no Plano Plurianual - PPA 2020-2023, Lei nº 6.490 de 29/01/2020 (DODF Suplemento ao de nº 21 de 30/01/2020), que justificam as alocações na LOA 2021, no **Programa Temático: 6209 - Infraestrutura Ação Orçamentária: 3119 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste (Linha Verde)**.

A Subsecretaria de Gerenciamento de Recursos Externos - SUGRE, reafirmou no seu novo pronunciamento que o certame será vinculado ao **Contrato de Financiamento nº 0394.629-04/13-CAIXA/GDF, Transferência nº 008542** firmado com a Caixa Econômica Federal, 58314860 e 58315012.

13. VISTORIA

Não será obrigatória a visita técnica. Os licitantes deverão apresentar em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a SODF.

Caso as empresas interessadas queiram realizar visita técnica para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, deverão, por meio de um representante, procurar o (s) responsável (is) da SODF/SUAF, para informações técnicas, não sendo necessária a emissão de Atestado de Visita.

14. RECOMENDAÇÕES GERAIS

Os serviços deverão ser executados de acordo com o Anteprojeto, ANEXO II do Termo de Referência, as Especificações Gerais para Obras Rodoviárias do DNIT, as Normas Técnicas da ABNT, NOVACAP, DER/DF, bem como as orientações da Fiscalização desta SODF.

14.1. Cuidados Ambientais

Para cumprir as exigências do Órgão licenciador e fiscalizador do meio ambiente no Distrito Federal, tendo em vista os potenciais impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as seguintes medidas para cada uma das atividades.

14.2. Instalação do Canteiro de Obras e Desmobilização

O canteiro de obras não poderá situar-se próximo às nascentes de cursos d'água;

Tomar medidas de segurança contra derramamento de óleo combustível e lubrificante e disposição adequada do lixo e do esgoto sanitário, de modo a não poluir o lençol freático;

Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira levantada pelo tráfego;

O solo orgânico (camada superficial que contém matéria orgânica, nutrientes minerais e microorganismos) raspado das áreas a serem utilizadas deverá ser acumulado em área não sujeita a erosão e respalhado após a desmobilização do canteiro;

Executar a limpeza total do canteiro/pátio após a conclusão das obras, particularmente das áreas usadas para estoque de agregados e de asfalto e recolher os tanques de materiais betuminosos, tambores e outros materiais inservíveis e dispô-los em locais aprovados pela SODF e pelo Órgão Ambiental;

Restaurar o uso original das áreas utilizadas para pátio de máquinas ou instalações ao término das obras.

A obra deverá ser mantida limpa, sendo feita limpeza diária e bota-fora semanal. Todo o entulho deverá ser removido do terreno, pela Contratada.

A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação. Deverão apresentar funcionamento perfeito em todas as suas instalações, equipamentos e aparelhos, com as instalações definitivamente ligadas às redes (esgoto, águas pluviais, etc. se for o caso).

Serão lavados convenientemente os pisos, ferragens e metais, devendo ser removidos quaisquer vestígios de tintas, manchas e argamassa. Todas as áreas envolvidas pela obra serão entregues totalmente limpas e isentas de entulhos.

14.3. Desvio de Tráfego e Segurança do tráfego durante a execução da obra

Por se tratar de uma obra de grande porte em uma rodovia de tráfego urbano intenso, será necessária a implantação de desvio provisório que deverá permanecer durante toda a fase de

construção dos viadutos e escavações de acesso. A CONTRATADA deverá elaborar os projetos de desvio de tráfego e executar o desvio após aprovação do seu Plano de Execução de Obras a ser apresentado na emissão da ordem de serviço.

Os custos básicos dos materiais necessários, bem como da mão-de-obra previstas para os desvios a serem executados durante a obra, serão remunerados pela SODF, conforme discriminado na planilha orçamentária ANEXO III do Termo de Referência.

A sinalização vertical incorporada na planilha orçamentária para o desvio de tráfego deverá ser devolvida à SODF após a finalização da obra.

Demais intervenções na sinalização das obras de desvio que ultrapassem o limite estipulado na planilha orçamentária e devem fazer parte das despesas indiretas da CONTRATADA, ou seja, não serão remuneradas diretamente pela SODF, uma vez que a quantidade de sinalização dependerá da forma de ataque dos serviços executados pela CONTRATADA.

Demais intervenções na sinalização das obras, que porventura sejam necessárias, devem fazer parte das despesas indiretas da CONTRATADA, ou seja, não serão remuneradas diretamente pela SODF, uma vez que a quantidade de sinalização dependerá da forma de ataque dos serviços executados pela CONTRATADA.

Especial atenção deverá ser dada aos pontos de entrada e saída de máquinas e veículos na obra e nos locais onde ocorrer estrangulamento das faixas de tráfego. Deverá ser prevista a sinalização noturna.

A empresa CONTRATADA será responsável, exclusiva, por todo e qualquer acidente que ocorra na obra, em virtude de falhas de segurança.

O desvio de tráfego deverá ser implantado e sinalizado de acordo com o projeto a ser desenvolvido pela CONTRATADA e aprovado pela SODF e só será realizado depois de devidamente autorizado pelo DETRAN (via local) e DER/DF (rodovia DF-011- EPIG).

Implantar os caminhos de serviço/desvios, preferencialmente dentro da faixa de domínio por se tratar da rodovia DF-011 (EPIG) por se tratar de área sob circunscrição do DER/DF;

Efetuar a recuperação da vegetação nas áreas desmatadas para implantação dos caminhos de serviço/desvios.

14.4. Local de Prestação dos Serviços

Os deslocamentos da equipe e funcionários ocorrerão por meio dos veículos previstos no orçamento, constando neste custo todos os gastos com combustível, manutenção, seguros, entre outros, que devem ser considerados pelas licitantes na elaboração de sua proposta.

14.5. Segurança do Tráfego Durante a Obra

Especial atenção deverá ser dada aos pontos de entrada e saída de máquinas e veículos na obra e nos locais onde ocorrer estrangulamento das faixas de tráfego.

A Contratada será responsável, exclusivamente, por todo e qualquer acidente que ocorra na obra, em virtude de falhas de segurança.

14.6. Das Interferências

A Contratada será responsável pelo levantamento das interferências de rede mediante consulta às concessionárias e validação dos dados por meio de ferramentas e tecnologia de escaneamento ou metodologia capaz de identificar interferências que impactem no traçado viário e execução da obra.

14.7. Dos Critérios de Sustentabilidade

Deve-se considerar a utilização de critérios de sustentabilidade, a exemplo das soluções abaixo mencionadas, salvo quando houver motivo relevante a justificar a respectiva dispensa, nos termos da Lei n. 12.462/2011, art. 14, parágrafo único, II:

- uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

A Contratada ainda poderá inovar nas Etapas do empreendimento com adoção de soluções comprovadamente eficientes no que concerne a sustentabilidade.

15. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O Recebimento do objeto aqui contratado será dividido em etapas de acordo com o cronograma da Tabela 03.

Os serviços terão recebimento dividido em etapas a fim de dar funcionalidade e melhor gestão da SODF.

Para fins de aceite ficará a SUPOP responsável pelo Recebimento das Etapas 1 e 2, que deverá observar para critérios de recebimento o estudo comparativo entre as soluções adotadas no projeto desenvolvido em 2014 e as soluções propostas pela contratada observando no mínimo:

- Maior facilidade de transposição de pedestres e ciclistas
- Aumento/diminuição de níveis de serviços;
- Impactos ambientais;
- Impactos sobre os bens do patrimônio tombado do conjunto urbanístico de Brasília
- Maior integração da área urbana
- Uso de materiais ambientalmente sustentáveis;
- Redução do custo de manutenção.

Para fins de aceite ficará a SUAF responsável pelo Recebimento das Etapas 3, 4 e 5.

No que concerne a Etapa 5 a mesma só será emitido o Termo de Recebimento após a implementação total de sua entrega.

O empreendimento será recebido de acordo com a legislação:

Provisoriamente: pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 1 mês a partir de comunicação escrita da CONTRATADA.

Definitivamente: por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de observação e recebimento provisório, análise ou vistoria que comprove a adequação do objeto, aos termos contratuais e deste Termo de Referência.

Responsabilidade após o recebimento: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Na hipótese da necessidade de adequação dos produtos entregues nas Etapas, para a execução dessas correções será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados.

Não será permitida alteração de Cronograma no que concerne as entregas previstas nas Etapas que decorra da rejeição dos serviços apresentados.

A CONTRATADA entregará à SODF, por ocasião da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, todos os documentos de legalização da obra, bem como o "AS BUILT" contendo eventuais modificações havidas na obra, autorizadas pela SODF, em duas vias, meio físico e digital.

16. RESPONSABILIDADES

Em decorrência da contratação integrada segue em anexo ao Termo de Referência a Matriz de Riscos definidora de riscos e responsabilidades entre as partes que complementam as responsabilidades aqui elencadas e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

16.1. DA CONTRATANTE

16.1.1. A SODF deverá indicar um representante da Administração ou Comissão de Executores, designado por Portaria, para acompanhar e assistir a execução das atividades inerentes ao objeto, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº. 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, assim como fazer cumprir todas as demais disposições legais para contratação e execução da obra;

16.1.2. O CONTRATANTE irá designar representante para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento dos estudos e elaboração dos projetos do presente contrato;

16.1.3. O CONTRATANTE irá designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução das etapas subsequentes a entrega dos projetos, que anotará em diário de obra todas as ocorrências verificadas;

16.1.4. O CONTRATANTE far-se-á representar no local das obras e serviços por seu fiscal designado em portaria e, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes;

16.1.5. Ao Fiscal do Contrato compete autorizar formalmente a mobilização e/ou desmobilização de técnicos, equipamentos, veículos, móveis, etc., de forma que não haja ociosidade de itens mobilizados e atenda plenamente ao ritmo de execução da obra;

16.1.6. O fiscal do contrato será responsável pelo cumprimento de toda legislação existente e pertinente à execução do contrato decorrente deste Termo de Referência;

16.1.7. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;

16.1.8. Fiscalizar a execução dos serviços e obras, bem como atestar sua execução, para a liberação dos recursos;

16.1.9. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados;

16.1.10. O CONTRATANTE, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo das obras e serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista dos projetos;

16.1.11. A FISCALIZAÇÃO compete o acompanhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato;

16.1.12. A FISCALIZAÇÃO lançará no Livro de Ocorrência de Obra todas as observações dignas de registro para controle da obra, devidamente assinadas pelo preposto da CONTRATADA;

16.1.13. Toda troca de informações e correspondências entre a CONTRATADA e CONTRATANTE, bem como todas as instruções da Fiscalização à CONTRATADA, devem ser por escrito, cabendo o seu registro no Livro de Ocorrências de Obra. Todos os expedientes escritos da CONTRATADA, após seu registro, serão encaminhados ao CONTRATANTE, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização;

16.1.14. Compete à FISCALIZAÇÃO ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases das obras e serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos;

16.1.15. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante a execução do objeto obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à FISCALIZAÇÃO a decisão sobre as ocorrências;

16.1.16. A FISCALIZAÇÃO, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exaço ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas;

16.1.17. Compete à FISCALIZAÇÃO, em conjunto com as demais áreas do CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas;

16.1.18. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela FISCALIZAÇÃO ou pela própria CONTRATADA, obrigando-a, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

16.1.19. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento das obras e serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão;

16.1.20. A Fiscalização poderá determinar a paralisação da execução do objeto, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à CONTRATADA, ressalvado o disposto no Edital e Termo de Referência, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação;

16.1.21. A determinação da paralisação, citada no item anterior, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao CONTRATANTE formalizar a sua suspensão;

16.1.22. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência e anexos;

16.1.23. Proporcionar todas as condições necessárias para que o (s) licitante (s) vencedor (es) possa (m) cumprir o objeto desta licitação;

16.1.24. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientá-la em casos omissos;

16.1.25. A existência e a atuação da fiscalização da SODF em nada restringe a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado;

16.1.26. Efetuar o pagamento mensal nas condições pactuadas, em caso de atraso de pagamento decorrente de mora da CONTRATANTE esta procederá a atualização financeira;

16.1.27. A CONTRATANTE fica impedida de aprovar prorrogação decorrente de chuvas, ainda que o volume seja além da média segundo informações do INMET.

16.1.28. O reequilíbrio econômico financeiro se dará na forma de reajuste conforme item de reajustamento desse termo de Referência ou repactuação que decorrerá exclusivamente pelas condições apresentadas na Matriz de Risco.

16.1.29. ou repactuação que decorrerá exclusivamente pelas condições apresentadas na Matriz de Risco.

16.1.30. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

16.1.31. A FISCALIZAÇÃO do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.1.32. A CONTRATANTE deverá atestar a execução do contrato;

16.1.33. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.2. DA CONTRATADA

16.2.1. Da adjudicação publicada em Diário Oficial a CONTRATADA deverá apresentar a documentação necessária a assinatura do contrato no prazo de 5 dias úteis.

16.2.2. A CONTRATADA terá até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para apresentar a documentação necessária à emissão da Ordem de Serviço.

16.2.3. A CONTRATADA obriga-se a dar início às obras e serviços a partir da data fixada na Ordem de Início de Serviços emitida pelo CONTRATANTE sob pena de incidir na multa prevista contratualmente;

16.2.4. A empresa CONTRATADA, ao início dos serviços, deverá, a suas expensas, verificar e solicitar junto às Concessionárias de serviços públicos e outros as interferências com a obra, bem como as consultas que impactem na elaboração dos projetos.

16.2.5. A CONTRATADA nas consultas deverá verificar a existência de obras recentes executadas pelo Poder Público a fim de justificar intervenções na área da obra que se encontra em garantia;

16.2.6. Nas áreas onde existam obras em garantia e que haja a possibilidade de reaproveitamento deverão os serviços em questão serem retirados do orçamento;

16.2.7. Não será admitido desconhecimento ou aditivos decorrentes da omissão de consultas às Concessionárias, legislações e normas pertinentes, consultas e aprovações dos órgãos relacionados ao escopo do objeto;

16.2.8. A CONTRATADA deverá executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e Anexos, bem como de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas

especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

16.2.9. Cabe à CONTRATADA e correrão a suas expensas, desde o início até o recebimento definitivo da obra, a execução dos procedimentos de fechamento de áreas de circulação visando delimitar a área destinada à execução de obra, bem como todas as instalações provisórias necessárias, tais como luz, água, telefone, etc. e ainda proteção, sinalização, tapumes e vigilância das obras;

16.2.10. A CONTRATADA deverá manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE e apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

16.2.11. A CONTRATADA deverá atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela FISCALIZAÇÃO do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

16.2.12. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

16.2.13. A CONTRATADA deverá providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

16.2.14. A CONTRATADA deverá providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, energia elétrica, drenagem, etc.), bem como atuar junto aos órgãos e Concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas;

16.2.15. A CONTRATADA deverá reconhecer sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

16.2.16. A CONTRATADA deverá apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA, bem como a regularidade de suas subcontratadas, que efetivamente participarem da execução do contrato;

16.2.17. Os ensaios e testes previstos pelas Normas Brasileiras e/ou pelas especificações técnicas deverão ser realizados por empresas especializadas a serem aprovadas pelo CONTRATANTE. Esses ensaios ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo que a não realização dos ensaios e/ou testes, quando necessários ou solicitados pela FISCALIZAÇÃO propiciará, além da aplicação das multas, a suspensão da medição dos serviços correspondentes;

16.2.18. A execução de qualquer modificação somente poderá ser posta em prática após a FISCALIZAÇÃO, responsável pela obra, registrá-la no Livro de Ocorrência da Obra;

16.2.19. A CONTRATADA deverá apresentar os estudos geotécnicos, laboratoriais, de tráfego e demais estudos conforme indicação do Anteprojeto, necessários aos estudos preliminares;

16.2.20. A CONTRATADA deverá obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

16.2.21. A CONTRATADA deverá refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16.2.22. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

16.2.23. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

16.2.24. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação.

16.2.25. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

16.2.26. Para fins de FISCALIZAÇÃO do fiel cumprimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

16.2.27. A CONTRATADA deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental, não eximindo a CONTRATADA das demais obrigações ambientais:

16.2.28. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

16.2.29. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

16.2.30. A CONTRATADA deverá a suas expensas promover as alterações de projeto decorrentes de análises técnicas dos órgãos de controle, fiscalização e aprovação, bem como as alterações decorrentes de erros ou omissões observados pela CONTRATANTE.

16.2.31. Ocorrendo o previsto no item anterior acima, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das partes, a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE poderá autorizar modificações de caráter urgente, justificando a sua autorização;

16.2.32. Caberá à CONTRATADA todo o planejamento da execução do objeto, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física especificada, integrante da proposta, obrigando-se a manter no local das obras:

- Um Livro de Ocorrências de Obra, com folhas numeradas; Registro de autorização (ordem de início dos serviços);
- Resultado de ensaios de controle tecnológico.
- Os documentos relacionados acima constituirão o processo da obra, que deverá permanecer no canteiro durante toda a sua execução e ser entregue ao CONTRATANTE, após a conclusão da mesma;
- No Livro de Ocorrência de Obra serão lançadas, pela CONTRATADA, todas as ocorrências da obra, tais como: serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, etc., de modo a haver um completo registro de execução da obra. À FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE compete comunicar as ocorrências registradas, emitir pareceres, determinar providências, autorizar serviços, etc.;

16.2.33. A CONTRATADA colocará na direção geral das obras, na parte que lhe compete, profissional com curso superior na área de engenharia civil e, registrado no CREA, devidamente habilitado, que será seu responsável, na forma da legislação vigente;

16.2.34. Apresentar o registro profissional do Conselho de Classe (ART/RRT e outros) para cada um dos profissionais envolvidos nos serviços de projeto;

16.2.35. A CONTRATADA manterá, em tempo integral no canteiro de obras, um preposto responsável pelos serviços, devidamente credenciado, com curso superior na área civil e registrado no CREA, devidamente habilitado, com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos, o qual, ao notar alguma irregularidade, deverá se reportar, quando necessário, ao agente fiscalizador do contrato, tomando, ainda, as providências pertinentes que a ocasião exigir, e que substituirá o responsável técnico na sua ausência;

16.2.36. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.2.37. Os encarregados da obra serão pessoas de experiência, capacidade técnica e idoneidade moral e nela deverão permanecer durante as horas de trabalho, além de estarem habilitados a prestar esclarecimentos a ela pertinentes, sempre que solicitados por representantes do CONTRATANTE;

16.2.38. Os membros da equipe técnica da CONTRATADA somente poderão ser substituídos com autorização expressa do CONTRATANTE, mediante aprovação do currículo dos substitutos indicados, quando for o caso;

16.2.39. A CONTRATADA deverá manter a equipe técnica compatível ao faseamento da obra e etapas do empreendimento;

16.2.40. A CONTRATADA responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº

3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações;

16.2.41. A CONTRATADA fornecerá e utilizará equipamentos adequados à obra, de acordo com o objetivo da mesma. O transporte, a guarda e manutenção dos equipamentos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus;

16.2.42. Os equipamentos e os materiais estocados e/ou utilizados no canteiro serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, cabendo à FISCALIZAÇÃO determinar a remoção de materiais ou equipamentos inservíveis ou que estejam em desacordo com as exigências contratuais;

16.2.43. A execução e operação das obras e serviços provisórios e definitivos, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares;

16.2.44. No prazo de observação das obras e serviços, a CONTRATADA deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela Fiscalização, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

16.2.45. Cabe à CONTRATADA, desde o início até o recebimento definitivo da obra a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras e serviços localizados no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim à sua conta.

16.2.46. Correrá por conta da CONTRATADA ou de seu segurador, a reparação de danos causados a terceiro, em decorrência das obras e serviços e as correspondentes aos danos e perdas resultantes de atos da CONTRATADA ou de seus prepostos;

16.2.47. Caso haja a necessidade da sinalização durante a obra, deve fazer parte das despesas indiretas da CONTRATADA, ou seja, não serão remuneradas diretamente pela SODF, uma vez que a quantidade de sinalização dependerá da forma de ataque dos serviços executados pela CONTRATADA. Especial atenção deverá ser dada aos pontos de entrada e saída de máquinas e veículos na obra e nos locais onde ocorrer estrangulamento das faixas de tráfego. A empresa CONTRATADA será responsável, exclusiva, por todo e qualquer acidente que ocorra na obra, em virtude de falhas de segurança;

16.2.48. A CONTRATADA responderá por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra;

16.2.49. Após a conclusão das obras e serviços a CONTRATADA deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, o escritório de obras, os entulhos e as obras provisórias, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de limpeza e de uso imediato;

16.2.50. A CONTRATADA deverá realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

16.2.51. Os materiais, objetos ou quaisquer descobertas no local das obras e serviços, que possam apresentar interesse econômico, científico, mineralógico ou arqueológico deverão ser alvo de imediata comunicação à FISCALIZAÇÃO, para as providências de ordem legal;

16.2.52. A CONTRATADA obriga-se a executar os estudos e projetos de acordo com o Anteprojeto ANEXO III e as obras e serviços obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente as normas da ABNT e legislações vigentes, os projetos, ensaios, testes, detalhes, normas, memoriais, planilhas de orçamento, cronograma físico-financeiro e especificações e demais documentos que decorrentes dos estudos apresentados pela CONTRATADA e previamente aprovado pela CONTRATANTE;

16.2.53. A CONTRATADA deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo a CONTRATANTE exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

16.2.54. Fica assegurado à CONTRATANTE, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.610/98:

16.2.55. O direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

16.2.56. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

16.2.57. Caberá a CONTRATADA reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela FISCALIZAÇÃO, o serviço e obra efetuadas em que se verificarem vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, tecnológico, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE e sem implicar alteração do prazo contratual;

16.2.58. Caberá a CONTRATADA vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

16.2.59. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela FISCALIZAÇÃO do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.2.60. Deverá a CONTRATADA apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a CONTRATADA arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica;

16.2.61. A CONTRATADA deve responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

16.2.62. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os direitos trabalhistas dos acordos de negociação coletiva, reajustes salariais, concedidos por meio de dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho e não ensejarão a recomposição extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

16.2.63. Fica a CONTRATADA obrigada a prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus PREPOSTOS - a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados, garantindo-lhes o acesso irrestrito e livre acesso a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

16.2.64. É vedada a CONTRATADA divulgar ou permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE;

16.2.65. Caberá a CONTRATADA promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

16.2.66. A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.2.67. A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.2.68. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações, orientações e determinações obrigam-se a atender pronta e irrevocavelmente, em especial as decorrentes de questionamentos do usuário requeridos junto a Ouvidoria;

16.2.69. Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente do CONTRATANTE;

16.2.70. Aplicar, nas obras e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando todos aqueles que julgarem de má qualidade ou inadequados, debitando à CONTRATADA todas as despesas consequentes;

16.2.71. Executar os serviços dentro do prazo contratado;

16.2.72. Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário diurno, aos finais de semana, feriados e no período noturno devendo a CONTRATADA comunicar a fiscalização e proceder as medidas necessárias a obtenção de autorizações dos órgãos relacionados;

16.2.73. Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;

16.2.74. A CONTRATADA manterá no local das obras e serviços, os técnicos e a mão-de-obra necessários à perfeita execução destes, por cujos encargos responderá unilateralmente, em toda a sua plenitude;

16.2.75. As liberações, pela SODF, dos serviços executados não exime a CONTRATADA da responsabilidade por problemas que, porventura ocorram nos serviços, dentro do prazo de responsabilidade civil, cabendo à mesma corrigir as falhas, às suas expensas;

16.2.76. A CONTRATADA, sem prejuízo das suas responsabilidades, deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, e formalizar por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e serviços, como também comunicar qualquer fato que resultar em risco de segurança e estabilidade, ou comprometer a qualidade da obra;

16.2.77. A CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução das obras e serviços, igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre o CONTRATANTE e eventuais subcontratadas;

16.2.78. As faturas emitidas por eventuais subcontratadas deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE;

16.2.79. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos de proteção individual (EPI) a todos os empregados mobilizados para a prestação dos serviços objeto desta licitação. O tipo e quantidade desses equipamentos deverão estar de acordo com a natureza dos serviços que serão realizados e de acordo com a legislação em vigor. Os EPI's deverão obrigatoriamente possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em consonância com a legislação trabalhista, e serem fornecidos a intervalos compatíveis com a sua duração e prazo de validade, de acordo com as normas vigentes, de forma que toda a equipe envolvida sempre disponha dos mesmos, em boas condições de uso;

16.2.80. Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

16.2.81. A CONTRATADA terá retenções de pagamentos, no valor da causa, no caso de a CONTRATANTE ser incluída no polo passivo da ação judicial, por fatores imputáveis ao CONTRATADO.

16.2.82. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, nos termos da Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 35.592, de 02 de julho 2014.

16.2.83. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

16.2.84. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

16.2.85. A CONTRATADA deverá aceitar, em caso de descumprimento das obrigações, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente;

16.2.86. Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do CONTRATANTE, para instalação de canteiro, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE;

16.2.87. A CONTRATADA deverá fornecer os estudos e projetos da contratação que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação da obra garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

- A elaboração dos projetos deverá partir das necessidades apresentadas no Anteprojeto constantes neste Termo de Referência e seus anexos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;
- a execução de cada etapa será precedida de projeto executivo para a etapa e da conclusão e aprovação, pelo CONTRATANTE, dos trabalhos relativos às etapas anteriores;

16.2.88. O projeto executivo de etapa posterior poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços de etapa anterior, desde que autorizado pelo CONTRATANTE.

16.2.89. A CONTRATADA deverá observar os critérios do Decreto nº 38247/2017 no que concerne a critérios de apresentação dos projetos urbanísticos para aprovação do objeto do contrato;

16.2.90. Os aditivos que implicarem em acréscimo de valores não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do inciso II e III do § 4º do art. 42 do Decreto nº 7.581/2011, e somente serão aceitos nos riscos que forem únicos e exclusivamente alocados a CONTRATANTE.

16.2.91. A CONTRATADA deve providenciar a aprovação dos projetos junto às autoridades competentes e concessionárias de serviços públicos, e o licenciamento e outros requisitos para a instalação do canteiro e execução das obras e serviços, bem como, ligações elétricas, hidráulicas, de acordo com o previsto no Anteprojeto e Termo de Referência, e pagamento das taxas, emolumentos e outras despesas necessárias, sem ônus ao CONTRATANTE;

16.2.92. A CONTRATADA manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o CONTRATANTE e/ou quem por ela indicado;

16.2.93. Por se tratar de contratação integrada as obrigações aqui estipuladas são condições de contorno mínimas, podendo a CONTRATANTE exigir estudos complementares ou revisão de projetos quando estes se mostrarem insuficientes ou antieconômicos.

16.2.94. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

16.2.95. Não haverá prorrogação do prazo contratual ou aditivo de preços em virtude de sua mora na execução dos serviços ou modificação de projeto, além de ser aplicada as penalidades previstas em contrato.

16.2.96. A CONTRATADA deverá apresentar, ao final da obra, relatório detalhado com fotos em conjunto com a versão final do as-built, sobre a execução da obra que os encaminhará ao agente fiscalizador com parecer conclusivo;

16.2.97. Deverá a CONTRATADA a priorização de utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

16.2.98. Caberá à CONTRATADA apresentar apólice de Seguro de Obra de Infraestrutura que contará com a garantia que cobre danos morais, materiais a bens e patrimônios em operação, obras e instalações em execução, perturbação no giro dos negócios e responsabilidades da CONTRATADA;

16.2.99. Execução da placa da obra de acordo com o padrão fornecido pela SODF;

16.3. Controle Geométrico e Tecnológico:

O controle tecnológico da obra, controle do material e controle da execução do serviço é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá realizar, por meio de seu quadro técnico ou contratar empresa de sua confiança, os ensaios e os controles de acordo com as especificações adotadas e de acordo com o procedimento descrito a seguir:

- A empresa CONTRATADA para a realização dos serviços de controle tecnológico deverá apresentar para aprovação da SODF, um documento com nomes e currículos dos componentes da equipe técnica, bem como a relação dos equipamentos necessários para a realização dos

- ensaios exigidos para a obra em questão;
- A qualquer momento a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, a seu critério, a substituição imediata da empresa ou de qualquer membro da equipe de controle tecnológico, caso este venha a demonstrar falta de capacidade para a execução dos serviços, assim como comportamento incompatível com as tarefas a serem executadas no campo;
 - A liberação do serviço poderá ser feita com os resultados dos ensaios executados pelo laboratório da CONTRATADA, o qual estará sujeito à confirmação pela FISCALIZAÇÃO da SODF/SUAF, que poderá exigir novo ensaio do laboratório da CONTRATADA, mesmo depois do serviço realizado e, conforme o resultado poderá invalidar a liberação do serviço;
 - Os resultados do controle tecnológico (controle do material e controle da execução), referenciados a obra, trecho e estaqueamento deverão ser apresentados à fiscalização que, uma vez liberados, deverá encaminhá-los à SODF/SUAF".

- 16.4. Limpeza da Obra , Canteiro de Obras e Desmobilização
- 16.4.1. Tomar medidas de segurança contra o derramamento de óleo combustível e lubrificante e na disposição final ambientalmente adequada do lixo e do esgoto sanitário, de modo a não poluir o lençol freático dos resíduos sólidos gerados pelas obras;
- 16.4.2. Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira levantada pelo tráfego;
- 16.4.3. O solo orgânico, (camada superficial que contém matéria orgânica, nutrientes minerais e microorganismos) raspado das áreas a serem utilizadas, deverá ser acumulado em área não sujeita a erosão e reespalhado após a desmobilização do canteiro;
- 16.4.4. Executar a limpeza total do canteiro/pátio após a conclusão das obras, particularmente das áreas usadas para estoque de agregados e de asfalto e recolher os tanques de materiais betuminosos, tambores e outros materiais inservíveis e dispô-los em locais aprovados pela FISCALIZAÇÃO e pelo Órgão Ambiental;
- 16.4.5. Recuperar o uso original das áreas utilizadas para pátio de máquinas ou instalações ao término das obras;
- 16.4.6. A limpeza final deverá ser executada com materiais e equipamentos específicos para o tipo de acabamento a que se destina, não sendo admitido:
- qualquer dano causado nas instalações e acabamentos da obra.
 - a obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação. Deverão apresentar funcionamento perfeito em todas as suas instalações, equipamentos e aparelhos, com as instalações definitivamente ligadas às redes (esgoto, águas pluviais, etc. se for o caso).
 - Serão lavados convenientemente os pisos, ferragens e metais, devendo ser removidos quaisquer vestígios de tintas, manchas e argamassa. Todas as áreas envolvidas pela obra serão entregues totalmente limpas e isentas de entulhos.
- 16.4.7. Na entrega final da obra deverá a CONTRATADA recuperar a vegetação da área utilizada para canteiro e mobilização.
- 16.5. *Da Implementação do Programa de Integridade*
- 16.5.1. É condição para a assinatura do Contrato, o atendimento ao artigo 15 da Lei nº 6.112, de 2 de fevereiro de 2018, por parte da CONTRATADA, com relação às exigências legais, na implementação do Programa de Integridade e a apresentação do Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade (de acordo com os Anexos I e II do Decreto nº 40.388/2020).
- 16.5.2. Cabe registrar, ainda, que, conforme disposto no art. 5º, §2º, da Lei nº 6.112/2018, os custos e despesas com implantação e manutenção do Programa de Integridade ficam a cargo da CONTRATADA, não cabendo à SODF, o ressarcimento.
- 16.5.3. Em caso de não implantação do Programa de Integridade, a referida lei prevê, em seu art. 8º, que cabe à Administração Pública do Distrito Federal, em cada esfera de poder, aplicar à pessoa jurídica contratada, **multa** equivalente a 0,08% (oito centésimos por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado ao montante de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato.
- 16.5.4. A aplicação de multa cessará com o cumprimento das exigências estabelecidas na Lei mediante atestado do órgão ou entidade pública quanto à existência e aplicação do Programa de Integridade, conforme dispõe o artigo 8º, § 2º, da Lei nº 6.112/2018.
- 16.5.5. Caso a pessoa jurídica seja condenada ao pagamento de multa e não o faça, o mencionado diploma, em seu art. 10, prevê as seguintes **sanções**:
- I - inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;*
- II - sujeição à rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;*
- III - impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.*
- 16.5.6. Obrigatoriedade da Implementação do Programa de Integridade, a saber:
- Lei nº 6.112, de 2 de fevereiro de 2018;
 - Lei nº 6.308, de 13 de junho de 2019; e
 - Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020.

17. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. Prazo de Execução do Objeto

O prazo total de execução do objeto é de 33 (trinta e três) meses, a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços da etapa, emitida pela SODF/SUAF.

A Ordem de Início dos Serviços somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF e apresentação de documentação requerida para emissão da mesma.

O prazo de execução do objeto inclui:

- Até 15 dias úteis para emissão da Ordem de Serviço, a partir da publicação do extrato do Contrato no DODF;
- Até 1 mês para o cumprimento da Etapa 1 - Estudos preliminares;
- Até 3 meses para o cumprimento da Etapa 2, Primeira Parte - Projeto Básico;
- Até 1 mês para análise e aprovação do Projeto Básico pela SODF;
- Até 3 meses para o Cumprimento da Etapa 2, Segunda Parte - Projeto Executivo;
- Até 1 mês para análise e aprovação do Projeto executivo pela SODF;
- Até 12 meses para cumprimento da Etapa 3 - Execução das Obras;
- Até 2 meses para o cumprimento da Etapa 4 - Elaboração do Manual de operação, Uso e Manutenção da Rodovia;
- Até 1 mês para a entrega do "As Built" após a conclusão de cada serviço de obra conforme cronograma a ser entregue pela CONTRATADA.

17.2. Prazo de Execução do Contrato:

O início da contagem do prazo de execução será a partir da data estipulada na "Ordem de Início dos Serviços" expedida pela SODF.

O prazo de execução contratual estabelecido para os serviços poderá ser prorrogado, dentro da vigência do prazo anterior, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

17.3. Prazo de Vigência do Contrato

A vigência contratual será de 38 (trinta e oito) meses, contados a partir de sua assinatura, tendo validade e eficácia após publicação no DODF.

A celebração de termos aditivos ao contrato firmado será permitida, nos termos do Art 9º, § 4º, incisos I e II, Lei 12.462/2011, somente nos seguintes casos:

- Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

O prazo de execução contratual estabelecido para os serviços poderá ser prorrogado, dentro da vigência do prazo anterior, em conformidade com o disposto no Art. 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações.

Ordem de Início de Serviço de Obra:

Antes da emissão da Ordem de serviço e posterior a assinatura do contrato deverá a CONTRATADA:

- Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial com a CONTRATANTE para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- apresentar a apólice de seguro referente ao Seguro de Obra de Infraestrutura;
- elaborar os projetos de desvio de tráfego;
- apresentar a documentação necessária ao Licenciamento da Obra, conforme legislação vigente, para que a SODF formalize processualmente a requisição junto aos órgãos para a emissão dos referidos documentos e assim, a Ordem de Início do Serviço para a Execução da Obra será dada pela SODF/SUAF.

18. REAJUSTAMENTO

Para fins de reajustamento do Contrato deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

- Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data base do orçamento, de acordo com art. 28 da Lei nº 9.069/95, ressalvada a hipótese prevista no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.
- Dentro do prazo de vigência do contrato, a Contratada fará jus ao reajustamento após o interregno de um ano, contado da data base do orçamento, aplicando-se o índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV – Coluna 18, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei nº 10.192/2001.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93

19. SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação nos termos do art. 10, do Decreto nº 7.581/2011, bem como nas justificativas deste Termo de Referência a fim de garantir a segurança jurídica e solidez da obra.

É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

A subcontratação será admitida até o limite de 30% do valor do objeto da licitação e observar que:

- Fica estipulado ser possível a subcontratação dos serviços determinados na planilha orçamentária **com exceção de:**
 - Readequação e atualização de projetos no que diz respeito, conforme o anteprojeto, à Estudo Preliminar de Concepção de projetos, desenvolvimento de Projetos Básicos e desenvolvimento de Projetos Executivos;
 - Serviços incluídos na Qualificação Técnica deste Termos de Referência.
- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, e responder perante o CONTRATANTE, pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- A CONTRATADA deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado;
- A subcontratação deve efetivar-se, também, mediante contrato celebrado entre a CONTRATADA e a subcontratada.
- As empresas subcontratadas deverão manter suas condições de regularidade (habilitação jurídica, regularidade fiscal e habilitação técnica) durante todo o período de prestação dos serviços contratados;
- Para a autorização e efetivo início dos serviços subcontratados, a CONTRATADA deverá apresentar quadro contendo a relação de funcionários do subcontratado, designados para a execução dos serviços, inclusive quadro de pessoal técnico;

A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592, de 02 de julho 2014, no percentual de 10%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

- as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 5º do Decreto Distrital nº 35.592, de 02 de julho 2014;
- a empresa CONTRATADA se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

- consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no [art. 33 da Lei nº 8.666 de 1993](#); e
- consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

20. DA GARANTIA

20.1. Seguro Garantia

O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades, admitida combinação entre elas:

- Moeda corrente do país;
- Caução em dívida pública;
- Carta de fiança bancária; e Seguro-Garantia.

No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

- A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo

de 2% (dois por cento).

- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

As obrigações elencadas não podem sobrepor as preconizadas em matriz de risco, devendo a CONTRATADA observar as indicações que exigem garantia de Seguro de obra de engenharia.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica no Banco Regional de Brasília -BRB, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

A garantia prestada pela CONTRATADA ser-lhe-á restituída ou liberada 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento à SODF.

A Garantia aqui apresentada em forma de Seguro Garantia não se confunde com o Seguro de Obra de Infraestrutura requerido para emissão da Ordem de Serviço.

20.2. Seguros Adicionais

Atendendo as condições particulares a contratação mediante a Lei 12.462/2011 deverá a CONTRATADA apresentar apólice de seguro de Obra Civil de Infraestrutura que contará com a garantia que cobre danos morais, materiais a bens e patrimônios em operação, obras e instalações em execução, perturbação no giro dos negócios e responsabilidades da CONTRATADA;

Antes da emissão da Ordem de serviço e posterior a assinatura do contrato deverá a CONTRATADA apresentar a apólice de seguro referente ao Seguro de Obra de Infraestrutura;

A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato e antes da emissão da ordem de serviço, as apólices de Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional;

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil Profissional vigorarão durante o período de execução da obra, ficando sob a responsabilidade do segurado atualizar seu valor sempre que incidir correspondente correção no montante contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra.

O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ter vigência estendida por prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses.

A CONTRATADA deverá manter válidas as apólices de seguros Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional e apresentar junto com a medição o comprovante de adimplemento, sob pena de inexecução parcial do contrato.

Coberturas do Seguro de Riscos de Engenharia:

Cobertura Básica de Obras Civis em construção e Instalações e Montagens (OCC/IM) - Garante os danos físicos decorrentes de acidentes ocorridos no local do risco ou canteiro de obras, por danos da natureza (vendaval, queda de granizo, queda de raio, alagamento, entre outros) e demais eventos (incêndio, explosão, desabamento, entre outros). A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

20.2.1. Coberturas Adicionais

- Erro na elaboração do Projeto e na execução da obra/serviço: cobre danos causados à obra decorrentes de erro de projeto e na sua execução, mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação. Excluem-se os custos que seriam suportados pelo Segurado para retificar o defeito original, incluindo o transporte, os tributos e despesas afins, se este defeito tiver sido descoberto antes do sinistro. A cobertura prevista no contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.
- Responsabilidade Civil Geral e Cruzada: cobre os danos materiais e/ou corporais, involuntariamente causados a terceiros que não tenham relação com a obra, em decorrência dos trabalhos pertinentes a ela e/ou instalação. Nesta cobertura, a responsabilidade se estende aos participantes da apólice do segurado principal e demais cossegurados, como se cada um tivesse feito uma apólice em separado, em que todos são considerados terceiros entre si. Além de garantir indenização para danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados. Essa garantia deverá se estender para Erro de Projeto.

Para contratos com valores até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o limite mínimo segurado será de 10% (dez por cento) do valor do contrato, com mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

Para contratos com valores superiores à R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o limite mínimo segurado será de 8% (oito por cento) do valor do contrato, com mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

Para contratos com valores superiores à R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o limite mínimo segurado será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com mínimo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

Para contratos com valores acima de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o limite mínimo segurado será de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

- Responsabilidade Civil do Empregador: garante a Responsabilidade Civil do Segurado em caso de acidentes dentro do canteiro de obras e/ou durante o traslado dos empregados da obra para residência ou da residência para a obra em caso do transporte por conta do segurado, que resulte em morte e / ou invalidez (total ou parcial) permanente de funcionários registrados ou com contrato de trabalho. A cobertura prevista contemplará 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.
- Propriedades Circunvizinhas e Canteiro de Obras: cobre danos materiais a bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, localizados em propriedade circunvizinha ou no canteiro de obras, e revista no Subitem anterior contemplará 20% (vinte por cento) do valor do contrato, com limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- Lucros Cessantes: cobre as indenizações decorrentes de perdas financeiras, lucros cessantes, lucros esperados e quaisquer outras despesas emergentes, desde que resultantes de danos físicos e/ou corporais resultantes da execução dos serviços/obras contratados. A cobertura prevista contemplará 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.
- Manutenção Ampla: Cobre os danos físicos acidentais às coisas seguradas, causados pelos empreiteiros segurados, no curso das operações por eles realizadas para fins de cumprimento das obrigações assumidas na cláusula de manutenção do contrato ou verificadas durante o período de manutenção, porém consequentes de ocorrência havida no local do risco (canteiro de obras) durante o período segurado da obra. Essa garantia inicia-se após o final da cobertura básica, desde que a obra tenha sido concluída, e tem duração de 06 (seis) meses. A cobertura contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.
- Despesas extraordinárias: Cobre as despesas com trabalho adicional de mão de obra em dias de feriados, finais de semana, período noturno e/ou envio por um meio de transporte rápido (exceto aeronave), para evitar atraso no cronograma da obra, em função de sinistro ocorrido. A cobertura contemplará 5% (cinco por cento) da cobertura Básica
- Tumultos: cobre despesas com danos causados por tumulto e greve. A cobertura contemplará 5% (cinco por cento) da cobertura Básica.
- Desentulho do local: cobre despesas com a retirada de entulho do local, em função de riscos cobertos pelo seguro. A cobertura contemplará 5% (cinco por cento) da cobertura Básica.
- Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros: cobre despesas com providências de emergência para conter as consequências de prejuízo decorrente de riscos cobertos pelo seguro.

A cobertura contemplará o valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

- Danos Morais: cobre danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e / ou de danos corporais causados a terceiros durante os trabalhos pertinentes à obra. A cobertura contemplará 20% (vinte por cento) da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.

Coberturas do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

- Erros e Omissões: danos materiais e / ou corporais consequentes de atos de negligência, imperícia e/ou imprudência, cometidas pelo Segurado contra terceiros;
- Perdas Financeiras, inclusive lucros cessantes, desde que resultante de um risco coberto pelo presente seguro;
- Danos Morais decorrentes de Ações ou Omissões cometidas pelo Segurado, contra terceiros, no exercício de suas atividades profissionais;
- Perda, Roubo e Extravio de Documentos de clientes sob responsabilidade do Segurado;
- Custas de Defesa, Honorários de advogados e demais despesas relacionadas com o processo e a defesa do Segurado. O Advogado é de livre escolha do segurado e há a antecipação de honorários.
- Gerenciamento de Crise de Imagem, custos de contratação de empresa especializada em serviços de comunicação e assessoria de imagem para amenizar os prejuízos à imagem, honra ou reputação do segurado, decorrentes de vazamento de informações sigilosas.
- Tempo da Reclamação e Prazo Complementar: A apólice deverá, obrigatoriamente, possibilitar a apresentação de reclamações durante a execução do contrato e ainda durante o prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses.

Subcontratados: as garantias do seguro passam a ser estendidas para os subcontratados na responsabilidade que couber ao segurado.

O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser contratado com limite mínimo de indenização equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor integral do contrato, limitado a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Quando se tratar de consórcio, as garantias de Cumprimento do Contrato e Risco de Engenharia poderão ser apresentadas integralmente pela EMPRESA líder do consórcio, ou por cada uma das EMPRESAS integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação do consórcio.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções deste Contrato são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, e rescisão nos termos do estabelecido no Termo de Referência e Edital, e art. 47 da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições da legislação vigente aplicadas subsidiariamente.

Para o eventual descumprimento contratual e/ou porventura, de conduta ilícita, a fim de identificar os pressupostos caracterizadores da infração e a precisa extensão da penalidade, bem como a gradação apresentada neste Termo de Referência.

Sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que pode ficar sujeito, o rol das penalidades administrativas a que o licitante, adjudicatário ou contratado pode ser submetido, assim como o rito do procedimento administrativo para sua aplicação, estão dispostos no art. 47 da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, no art. 7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no art. 28 do decreto 5.450 de 31 de maio de 2005.

21.1. Advertência

A Advertência é a sanção administrativa aplicada quando a CONTRATADA infringir, pela primeira vez, obrigações afetas quanto ao atraso na entrega de etapa de obra ou do objeto contratado, ou entrega de nota fiscal com incorreção, ou, ainda, pelo não cumprimento de orientações da CONTRATANTE no prazo discriminado pela fiscalização. Para aplicação de Advertência será emitida no âmbito do processo SEI de contratação e encaminhado ao ordenador de despesa para anotação da mesma.

A Advertência será aplicada até 10 (dez) dias após a ciência da CONTRATADA dos eventos passíveis da referida sanção.

A Advertência não deverá ser proposta para casos de reincidência na mesma espécie de descumprimento.

Para a aplicação de sanções administrativas devem ser considerados: a gravidade da falta; a reincidência; o dano causado ao Interesse Público; e o prejuízo causado à CONTRATADA.

21.2. Multa

A Multa é a pecuniária, exigida consoante previsão legal como sanção por ato ilícito.

É facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a multa por inexecução total ou parcial do contrato poderá ser aplicada, juntamente com as demais sanções administrativas previstas.

As multas de mora e a multa por inexecução total ou parcial do contrato poderão ser definidas e aplicadas conforme as situações abaixo:

A multa será aplicada nos seguintes percentuais:

O atraso no prazo de entrega da documentação necessária a Ordem de Serviço ensejará 0,33% (trinta e três centésimos) do valor do contrato por dia de atraso. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

Será aplicado 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

Será aplicado 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) até 90 (noventa) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação CONTRATADA;

Acima de 90 dias será aplicada concomitantemente a multa por inexecução e se procederá a rescisão;

A aplicação de multa de mora poderá, nos termos do instrumento convocatório ou do contrato, ser concomitante com as multas por inexecução total ou parcial do contrato ou com as outras sanções de que trata o art. 87, da Lei nº 8.666/93.

5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela SODF/DF, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço;

20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega, ou rescisão do Contrato calculado sobre a parte inadimplente;

A CONTRATADA, considerando a conveniência e a oportunidade, poderá rescindir o contrato ou anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 90 (noventa) dias corridos.

Poderá ser aplicada multa por inexecução parcial do ajuste no valor de 15% (cinco por cento) do valor do Contrato, caso a CONTRATADA descumpra qualquer condição ajustada no contrato.

Quando a CONTRATADA der causa à rescisão, será aplicada a multa por inexecução total do ajuste de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da multa de mora ou das demais sanções.

A CONTRATANTE informará à CONTRATADA o valor a ser recolhido e o código de recolhimento, devendo a CONTRATADA comprovar o recolhimento/quitação das multas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que a impuser à CONTRATADA, esgotados todos os recursos administrativos e o direito de ampla defesa.

Caso a multa não seja recolhida no prazo estipulado, descontar-se-á o seu valor das parcelas vincendas.

Caso não seja satisfeito o pagamento na forma dos artigos anteriores, será promovido o desconto da multa devida, executando-se a garantia do contrato.

Após as ações previstas nas cláusulas anteriores, caso persista a negativa de pagamento da multa, o ordenador de despesas:

Remeterá o processo à Procuradoria para análise e encaminhamento para a inscrição da empresa sancionada na Dívida Ativa e/ou viabilizar a execução judicial, em função do valor envolvido.

A aplicação de multa não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATADA, tampouco exclui a

possibilidade da imposição de outras penalidades administrativas.

A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados.

21.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar

A suspensão temporária de participação em licitação com a CONTRATADA pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

- I - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato
- II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- IV - não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- V - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- VII - der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

21.4. Declaração de Inidoneidade

A aplicação da Declaração de Inidoneidade ocorrerá quando do enquadramento em qualquer das situações abaixo:

Tenha a empresa ou profissional sofrido condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

A CONTRATADA venha a constatar que a empresa ou profissional não possuam idoneidade para contratar em virtude de atos ilícitos praticados.

No ato de Declaração de Inidoneidade a Subsecretaria que sugerir a aplicação da sanção deverá indicar no respectivo o valor a ser ressarcido, com os acréscimos legais devidos e as eventuais obrigações

Entende-se por falhar na execução do contrato como não concluir a entrega da obra ou da prestação do serviço de acordo com as especificações técnicas e boas práticas de engenharia no Contrato Administrativo, a obra não atender aos requisitos de recebimento definitivo.

Entende-se por comportamento inidôneo a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a CONTRATADA, ou qualquer de seus agentes, para obter vantagem indevida.

22. DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O empreendimento possui a Licença de Instalação - LI nº 022/2015 emitida pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.

Em conformidade com o estabelecido no art. 4º da Lei no 12.462/2011, deverão ser obedecidas as condicionantes da Licença Ambiental aplicáveis à obra.

23. DO LICENCIAMENTO DA OBRA

A CONTRATADA deverá implantar os desvios e canteiro preferencialmente dentro da faixa de domínio por se tratar da rodovia DF-011 (EPIG) por se tratar de área sob circunscrição do DER/DF; caso não seja possível deverá apresentar projetos e documentação pertinente ao licenciamento fora da referida área.

Caberá a CONTRATADA executar as ações mitigadoras para atender às condicionantes de Licenciamento Ambiental seja pela manutenção da LI 022/2015 ou emissão de novo licenciamento decorrente de mudança de traçado viário.

A CONTRATADA fica responsável pelo Licenciamento da Obra e terá o suporte necessário da SODF junto aos órgãos para emissão da documentação pertinente.

A SODF como órgão público e proprietário das obras em andamento é dispensada das taxas de licenciamento e execução de obra, porém caso seja requerido deverá a CONTRATADA municiar a SODF de projetos e documentos que venham ser requeridos.

Ficará a cargo da CONTRATADA apresentar a documentação necessária a protocolização das referidas licenças junto aos órgãos bem como os formulários necessários para que seja providenciada a emissão das licenças.

Deverá a CONTRATADA apresentar tais formulários e documentos necessários as licenças em conjunto com a ART.

As demais taxas/impostos referente a regularidade da obra será responsabilidade da CONTRATADA.

A FISCALIZAÇÃO poderá proceder a glosa de tributos e/ou preços públicos considerados na planilha orçamentária que porventura venham a ser dispensados.

24. SEGURO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA

O Seguro de Obra de Infraestrutura se divide em Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional. As apólices deverá ser emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros.

O beneficiário/segurado deverá constar como a SODF.

A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato e antes da emissão da ordem de serviço, as apólices de Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional. Os seguros de Riscos de Engenharia (RE) e de Responsabilidade Civil Profissional (RCP) vigorarão durante o período de execução da obra, ficando sob a responsabilidade do segurado atualizar seu valor sempre que incidir correspondente correção no montante contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra.

O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ter vigência estendida por prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses.

A CONTRATADA deverá manter válidas as apólices de seguros e apresentar junto com a medição o comprovante de adimplemento, sob pena de inexecução parcial do contrato.

Os percentuais de cada risco deverá obedecer as análises atuariais de forma a manter a Administração resguardada pela entrega da obra.

24.1. Coberturas do Seguro de Riscos de Engenharia:

Cobertura Básica de Obras Cíveis em construção e Instalações e Montagens (OCC/IM) - Garante os danos físicos decorrentes de acidentes ocorridos no local do risco ou canteiro de obras, por danos da natureza (vendaval, queda de granizo, queda de raio, alagamento, entre outros) e demais eventos (incêndio, explosão, desabamento, entre outros). A cobertura prevista contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

24.2. Coberturas Adicionais

Erro na elaboração do Projeto e na execução da obra/serviço: cobre danos causados à obra decorrentes de erro de projeto e na sua execução, mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação. Excluem-se os custos que seriam suportados pelo Segurado para retificar o defeito original, incluindo o transporte, os tributos e despesas afins, se este defeito tiver sido descoberto antes do sinistro. A cobertura prevista contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

Responsabilidade Civil Geral e Cruzada: cobre os danos materiais e/ou corporais, involuntariamente causados a terceiros que não tenham relação com a obra, em decorrência dos trabalhos pertinentes a ela e/ou instalação. Nesta cobertura, a responsabilidade se estende aos participantes da apólice do segurado principal e demais cossegurados, como se cada um tivesse feito uma apólice em separado, em que todos são considerados terceiros entre si. Além de garantir indenização para danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados. Essa garantia deverá se estender para Erro de Projeto.

Responsabilidade Civil do Empregador: garante a Responsabilidade Civil do Segurado em caso de acidentes dentro do canteiro de obras e/ou durante o traslado dos empregados da obra para residência ou da residência para a obra em caso do transporte por conta do segurado, que resulte em morte e / ou invalidez (total ou parcial) permanente de funcionários registrados ou com contrato de trabalho.

A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 20% (vinte por cento) da

cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.

Propriedades Circunvizinhas e Canteiro de Obras: cobre danos materiais a bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, localizados em propriedade circunvizinha ou no canteiro de obras, e necessários à execução dos serviços.

Lucros Cessantes: cobre as indenizações decorrentes de perdas financeiras, lucros cessantes, lucros esperados e quaisquer outras despesas emergentes, desde que resultantes de danos físicos e/ou corporais resultantes da execução dos serviços/obras contratados.

Manutenção Ampla: Cobre os danos físicos acidentais às coisas seguradas, causados pelos empreiteiros segurados, no curso das operações por eles realizadas para fins de cumprimento das obrigações assumidas na cláusula de manutenção do contrato ou verificadas durante o período de manutenção, porém consequentes de ocorrência havida no local do risco (canteiro de obras) durante o período segurado da obra. Essa garantia inicia-se após o final da cobertura básica, desde que a obra tenha sido concluída, e tem duração de 06 (seis) meses. A cobertura prevista no subitem anterior contemplará 100% (cem por cento) do valor do contrato.

Tumultos: cobre despesas com danos causados por tumulto e greve.

Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros: cobre despesas com providências de emergência para conter as consequências de prejuízo decorrente de riscos cobertos pelo seguro.)

Danos Morais: cobre danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e / ou de danos corporais causados a terceiros durante os trabalhos pertinentes à obra.

Coberturas do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Erros e Omissões: danos materiais e / ou corporais consequentes de atos de negligência, imperícia e/ou imprudência, cometidas pelo Segurado contra terceiros;

Perdas Financeiras, inclusive lucros cessantes, desde que resultante de um risco coberto pelo presente seguro;

Danos Morais decorrentes de Ações ou Omissões cometidas pelo Segurado, contra terceiros, no exercício de suas atividades profissionais;

Perda, Roubo e Extravio de Documentos de clientes sob responsabilidade do Segurado;

Gerenciamento de Crise de Imagem, custos de contratação de empresa especializada em serviços de comunicação e assessoria de imagem para amenizar os prejuízos à imagem, honra ou reputação do segurado, decorrentes de vazamento de informações sigilosas.

Tempo da Reclamação e Prazo Complementar: A apólice deverá, obrigatoriamente, possibilitar a apresentação de reclamações durante a execução do contrato e ainda durante o prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses.

Subcontratados: as garantias do seguro passam a ser estendidas para os subcontratados na responsabilidade que couber ao segurado.

25. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

As disposições deste Termo de Referência reger-se-ão pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, regulamentada pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Distrital nº 5.254, de 20 de dezembro de 2013, e subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente do CONTRATANTE.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão corridos salvo os devidamente expressos em dias úteis.

A fim de atender determinação do Decreto 32.767/2011 a CONTRATADA deverá possuir conta bancária junto ao Banco Regional de Brasília - BRB para que seja efetuadas as liquidações de pagamento.

O afastamento da contratação individualizada de Cooperativas e do Empresário Individual para a execução do objeto licitatório está relacionado à vultuosidade do projeto e da obra em comento.

Equipe Técnica:

Caroline Levi Guedes - MAT. 278.506-4

CREA 13118/D-GO

Clebiana Aparecida da Silva - MAT.274.577-1

CAU A31951-1

Ery Brandi

Subsecretaria de Projetos Orçamento e Planejamento de Obras

ANEXO II - ANTEPROJETO (48450337)

ANEXO III - MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO (48470268)

ANEXO IV - LICENÇA DE INSTALAÇÃO



LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 022/2015
(Retificação da L.I nº 015/2015)

☒ 1ª Via Interessado () 2ª Via Processo () 3ª Via Arquivo

Processo nº: 190.000.392/2006

Parecer Técnico: nº 440.000.016/2015 – GELOI/COLAM/SULFI

Interessado: SINESP – Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do DF

CNPJ: 00.394.742/0001-49

Endereço: TRAÇADO DA EPIG COMPREENDE DESDE A EPIA (ESTRADA PARQUE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO DF-003) ATÉ O EIXO MONUMENTAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASÍLIA, RA-I.

Atividade Licenciada: CONSTRUÇÃO DE CORREDOR EXCLUSIVO PARA TRANSPORTE PÚBLICO NA ESTRADA PARQUE INDÚSTRIA GRÁFICA – EPIG, COM 4 FAIXAS DE ROLAMENTO EM CADA SENTIDO, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE 11 VIADUTOS.

Prazo de Validade: ATÉ O DIA 27/07/2020

Compensação: Ambiental () Não (X) Sim - Florestal () Não (X) Sim

I – DAS OBSERVAÇÕES:

1. Esta Licença só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e em periódico de grande circulação no Distrito Federal, devendo essas publicações, serem efetivadas a expensas do interessado, conforme previsto na Lei nº 041/89, artigo 16, § 1º, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do Aceite. Após efetuadas as publicações, entregar páginas dos jornais a este IBRAM, em até 10 (dez) dias, SOB PENA DE SUSPENSÃO DESTA LICENÇA;
2. O IBRAM, observando o disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA Nº 237/97, poderá alterar, suspender ou cancelar a presente Licença Ambiental;
3. O requerimento da Licença de Operação deste empreendimento deverá ser protocolizado no período de vigência desta licença, sendo obrigatório observar as CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS, RESTRIÇÕES e PRAZOS de apresentação da documentação técnica complementar, estabelecidos na presente Licença de Instalação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
Brasília Ambiental – IBRAM

4. Qualquer alteração nos projetos previstos para o empreendimento deverá ser precedida de anuência documentada deste Instituto;
5. O IBRAM deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha a causar risco de dano ambiental;
6. Deverá ser mantida uma via desta licença no local do empreendimento/atividades;
7. Esta licença ambiental não desobriga a obtenção de outras, porventura, exigidas por outros órgãos;
8. A qualquer tempo outras condicionantes, exigências e restrições poderão ser estabelecidas;
9. As condicionantes da Licença de Instalação nº 022/2015 (Retificação da L.I nº 015/2015) foram extraídas do Parecer Técnico nº 440.000.035/2015 - GELOI/COLAM/SULFI.

II - CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

1. A licença trata da concessão de Licença de Instalação relativa às obras de adequação da via EPIG/Corredor Oeste. Compreende a construção de corredor exclusivo para transporte público no trecho Estrada Parque Indústria Gráfica – EPIG, com 4 faixas de rolamento em cada sentido, incluindo a execução de 11 viadutos; drenagem pluvial com 19 lançamentos em redes existentes e dois reservatórios, sendo um de infiltração e o outro de detenção sem infiltração; pavimentação e paisagismo;
2. Firmar Termo de Compromisso de Compensação Florestal junto ao IBRAM, tendo em vista a supressão de indivíduos contabilizados no Inventário Florestal, constantes do Relatório de Controle Ambiental aprovado, no prazo de 120 dias, a partir da publicação da licença;
3. Firmar termo de Compromisso de Compensação Ambiental de acordo com Instrução Normativa nº 76/2010 do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal/ Brasília Ambiental – IBRAM;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
Brasília Ambiental – IBRAM

4. Providenciar o requerimento de Licença de Operação – LO junto ao IBRAM, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias antes do término da LI;
5. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento da obra, considerando os aspectos construtivos e ambientais contendo: relatório fotográfico, relatório do andamento dos programas ambientais de monitoramento, relatório de acompanhamento das medidas mitigadoras, cronograma de andamento das obras;
6. Apresentar relatório de cumprimento das condicionantes, quando do requerimento da Licença de Operação, bem como relatório final, conclusivo, da implantação de todo o empreendimento, considerando os aspectos construtivos e ambientais;
7. Incentivar o uso de rotas alternativas à EPIG nos períodos de maior impedimento de tráfego;
8. Finalizar o trecho inacabado da ciclovia no Setor Sudoeste interligando, se possível, com o Eixo Monumental e a Octogonal e prover passagens para ciclistas nos viadutos previstos nesta Licença que interliguem à EPTG, ao Sudoeste e ao Parque da Cidade;
9. Depositar os rejeitos da construção civil e outros materiais de bota-fora, provenientes da implantação do empreendimento, em local indicado pelo SLU (ou autorizado previamente por esse Instituto);
10. Colocar placas e faixas de sinalização da obra, de acordo com as normas de segurança vigentes;
11. Fixar placa no local do empreendimento, contendo o nome da empresa licenciada, número do processo no IBRAM, número da licença ambiental com respectivo prazo de validade.
12. Nas áreas de apoio, como cantina e alojamentos, deverão ser providenciadas as instalações provisórias de sistemas de esgotamento sanitário, evitando o lançamento dos efluentes diretamente na rede de drenagem superficial;
13. Obter a Autorização Ambiental dos canteiros de obras antes do início das obras;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
Brasília Ambiental – IBRAM

14. Após sua desocupação, as áreas utilizadas deverão apresentar uma configuração espacial, em relação à topografia dos terrenos adjacentes, que permita sua reintegração paisagística. As áreas deverão ser devolvidas ao uso somente após a sua recuperação ambiental, devidamente comprovada em vistoria pelos técnicos do órgão ambiental;
15. É de responsabilidade do empreendedor, fiscalizar e controlar a poluição atmosférica por material particulado e geração de ruídos inerentes às operações de lavra, descargas e tráfego de veículos, de acordo com as resoluções CONAMA no 003/90 e 005/89;
16. Promover a reconstrução de calçadas e ligações que porventura vierem a ser interrompidas pela execução das obras
17. Manter programa de comunicação voltado especialmente para os motoristas e a comunidade local;
18. Deve ser evitada a permanência de solo exposto. Imediatamente à finalização das obras de movimentação de terra, deverá ser formada cobertura vegetal com grama (*Paspalum notatum* - Gramma Batatais) em placa ou fixada em estolões e, se possível, suporte arbustivo e/ou arbóreo com espécies do bioma Cerrado.
19. Monitorar, sistematica e periodicamente, as condições de estabilidade dos taludes para identificação de feições de instabilidade (rachaduras no solo, árvores fora do prumo, deslocamento de estruturas de concreto nas linhas de drenagem etc.). A periodicidade aconselhável é no final do período chuvoso e após eventos meteorológicos críticos (chuvas de grande intensidade ou de longa duração);
20. Para se minimizar as demandas por áreas de Deposição de Material Excedente e empréstimo, deverá se priorizar o aproveitamento dos materiais de escavação obrigatória/terraplenagem na formação dos corpos de aterro e, eventualmente, na reconfirmação topográfica e recuperação ambiental das áreas de empréstimo anteriormente utilizadas;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
Brasília Ambiental - IBRAM

21. Implantar programa de monitoramento e controle de atividades geradoras de resíduos;
22. Destinar óleos, graxas e assemelhados usados, exclusivamente para empresas recicladoras devidamente licenciadas, de acordo com a Resolução CONAMA no 09/93;
23. Realizar manutenção e pintura da passarela da Octogonal.
24. Comunicar ao IBRAM, previamente, qualquer alteração no projeto;
25. Comunicar ao IBRAM, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar risco de dano ambiental;
26. Toda e qualquer alteração do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto ao IBRAM;
27. Outras condicionantes, restrições ou exigências ambientais, poderão ser estabelecidas por este Instituto a qualquer momento.

Brasília-DF, 20 de Agosto de 2015.

JANE MARIA VILAS BOAS
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
Brasília Ambiental - IBRAM
Presidente

III - DE ACORDO:

Brasília, 06 de outubro de 2015

(ASSINATURA)

(NOME POR EXTENSO)

000.621 - SSP/DF
(DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
Brasília Ambiental – IBRAM

E
M
B
R
A
N
C
O



Documento assinado eletronicamente por ERY DO NASCIMENTO BRANDI DE OLIVEIRA - Matr.0278510-2, Subsecretário(a) de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras, em 23/03/2021, às 20:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador=58535478 código CRC= BF451BE1.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Sector de Áreas Públicas, Iote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF
3306-5070

00110-00002590/2020-83

Doc. SEI/GDF 58535478